

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

BRUNA PRISCILA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO

**O QUILOMBO DO AMBRÓSIO EM SALA DE AULA: EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA
E VALORIZAÇÃO DA CULTURA NEGRA EM IBIÁ-MG**

UBERLÂNDIA
2025

BRUNA PRISCILA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO

**O QUILOMBO DO AMBRÓSIO EM SALA DE AULA: EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA
E VALORIZAÇÃO DA CULTURA NEGRA EM IBIÁ-MG**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de História da Universidade Federal
de Uberlândia como requisito parcial para
obtenção de título de Graduação em História -
Licenciatura.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ivete Batista da Silva
Almeida.

UBERLÂNDIA

2025

BRUNA PRISCILA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO

**O QUILOMBO DO AMBRÓSIO EM SALA DE AULA: EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA
E VALORIZAÇÃO DA CULTURA NEGRA EM IBIÁ-MG**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de História da Universidade Federal
de Uberlândia como requisito parcial para
obtenção de título de Graduação em História -
Licenciatura.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ivete Batista da Silva
Almeida.

Uberlândia, 22 de setembro de 2025

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Ivete Batista da Silva Almeida - Orientadora
Instituto de História - Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu
Instituto de História – Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Dr. Jeremias Brasileiro
Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais
(PPGRERE – Unimontes/IFNMG)

Dedico este trabalho à memória de Antônia Dada de Oliveira, Manoel Aparecido de Oliveira e Taciane Paula de Oliveira Figueiredo, que partiram antes de ver este sonho se realizar, mas permanecem vivos em cada passo que me trouxe até aqui.

Agradecimentos

Expresso minha gratidão a todos que, de alguma maneira, contribuíram para a minha trajetória acadêmica e tornaram possível a concretização desta conquista. A todos meus familiares, em especial aos que me acolheram em suas casas nos primeiros passos desta caminhada — minha madrinha Priscila Figueiredo Lêdo, minha tia Fátima Terezinha Rodrigues e minha avó Ilma Maria Figueiredo. Ao meu padrinho Helton Eustáquio Figueiredo, cujo incentivo constante foi essencial nesse processo — deixo aqui o meu reconhecimento e apreço.

À Secretaria de Cultura de Ibiá e à Escola Municipal Quilombo do Ambrósio, agradeço pelo apoio e pela disponibilização do espaço para o desenvolvimento do material paradidático de educação antirracista criado neste trabalho. Em especial, manifesto minha gratidão à historiadora e amiga Victória Afonso de Castro, pela generosidade em compartilhar informações e pelo apoio indispensável à realização desta pesquisa. Estendo também meus agradecimentos a Ana Maria Pereira Ferreira e a Andrea Couto, do Museu de Ibiá, pela colaboração e pelo fornecimento de informações que enriqueceram este estudo. Registro também minha gratidão ao professor Carlos Magno Guimarães, pela generosidade no fornecimento de imagens que foram muito importantes para este trabalho.

Agradeço à minha orientadora, Profa. Dra. Ivete Batista da Silva Almeida, cuja paciência, motivação e orientação cuidadosa foram essenciais para minha formação. Registro, igualmente, meu profundo respeito e admiração por sua dedicação e exemplo na luta contra o racismo. Estendo, ainda, meus agradecimentos a todos os professores da Universidade Federal de Uberlândia, que, com competência e dedicação, contribuíram de forma significativa para o fortalecimento da minha formação acadêmica e pessoal.

Em especial, agradeço ao meu companheiro de vida, Jhonatta Juner Valeriano, cuja paciência e comprometimento foram fundamentais para que eu pudesse superar mais esta etapa. À minha amiga de infância e historiadora, Ana Carolina dos Reis Damásio por todo apoio nesta trajetória. Às minhas irmãs, Natália Micaelli de Oliveira Figueiredo, Taciane Paula de Oliveira Figueiredo e Tatiane Paula de Oliveira Figueiredo, que são verdadeiros tesouros em minha vida, deixo meu carinho e reconhecimento. Aos meus pais, Ricardo José de Figueiredo e Roseli de Oliveira Figueiredo, cuja simplicidade e sabedoria fizeram deles meus maiores mestres, expresso minha eterna gratidão.

*Numa sociedade racista, não basta não ser
racista. É preciso ser antirracista.*

- Angela Davis

Resumo: O presente estudo dedica-se à reflexão sobre a questão racial no Brasil, reconhecendo o racismo como uma das principais fontes geradoras de desigualdades sociais e destacando a educação antirracista como ferramenta essencial para a transformação social. Busca-se, assim, desconstruir narrativas eurocêntricas ainda presentes em nossa história e valorizar a trajetória do povo negro, reconhecendo-o como formador de nossa nação e como potência histórica, intelectual e cultural. Especificamente, a pesquisa apresenta informações sobre o Sítio Arqueológico Quilombo do Ambrósio, localizado em Ibiá, Minas Gerais, com o intuito de ampliar o conhecimento sobre essa história e fortalecer a valorização da cultura negra na região. Ressalte-se que o Quilombo do Ambrósio também existiu em outras localidades mineiras, como Cristais e Formiga, igualmente dignas de reconhecimento e valorização. Entretanto, a escolha pelo quilombo de Ibiá não se deu por acaso; ela surgiu como uma semente de um desejo antigo: o de falar do lugar onde cresci e vivi, das histórias que marcaram minha infância e do vínculo compartilhado com a mesma terra de Ambrósio, conferindo a este trabalho um caráter afetivo, profundamente enraizado em minha memória e identidade. A relevância do tema justifica-se tanto pelo fato de o racismo constituir-se como um problema central de nossa sociedade, quanto pela importância histórica do quilombo em questão, que foi uma das sedes do segundo maior quilombo já existente no Brasil e o maior de Minas Gerais, sendo o Sítio Arqueológico Quilombo do Ambrósio tombado como patrimônio histórico pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A discussão sobre a temática racial fundamentou-se em estudos de grandes pensadores e intelectuais negros e negras, enquanto as informações relativas ao sítio arqueológico foram obtidas a partir de documentos oficiais sobre o processo de tombamento, de trabalhos de pesquisadores dedicados ao estudo do Quilombo do Ambrósio e de pesquisa oral realizada com uma moradora e representante do povoado Quilombo do Ambrósio atual. A partir dos resultados desta pesquisa, foi elaborado um material paradidático, apresentado e discutido com alunos da Escola Municipal Quilombo do Ambrósio, no Povoado Quilombo do Ambrósio de Ibiá, como instrumento de promoção da educação antirracista. Apesar de todos os problemas existentes em uma sociedade estruturalmente racista e o consequente distanciamento do povo com as origens históricas do local, os resultados foram consideravelmente positivos, evidenciando o desenvolvimento de uma consciência crítica entre os estudantes. Tal processo vem sendo fortalecido pelo trabalho de valorização da história do povo negro, realizado

principalmente pela organização de alguns moradores da região, destacando entre eles a professora, historiadora e representante da comunidade, Victória Afonso de Castro, cuja atuação tem contribuído significativamente para manter viva a memória e o legado do quilombo, configurando-se como uma importante referência no processo de preservação e valorização dessa história, embora ainda persistam desafios significativos a serem superados na luta contra o racismo.

Palavras-chave: Educação Antirracista, Quilombo do Ambrósio, Racismo, Sítio Arqueológico Quilombo do Ambrósio.

Abstract: This study is dedicated to reflecting on racial issues in Brazil, recognizing racism as one of the main sources of social inequality and highlighting antiracist education as an essential tool for social transformation. It aims to deconstruct Eurocentric narratives still present in our history and to value the trajectory of black people, acknowledging them as key contributors to the formation of our nation and as a historical, intellectual, and cultural force. Specifically, the research provides information about the Quilombo do Ambrósio Archaeological Site, located in Ibiá, Minas Gerais, with the aim of expanding knowledge about this history and strengthening the appreciation of black culture in the region. It should be noted that Quilombo do Ambrósio also existed in other locations in Minas Gerais, such as Cristais and Formiga, which are equally worthy of recognition and valorization. However, the choice of the Ibiá quilombo was not accidental; it arose as the seed of an old desire: to speak about the place where I grew up and lived, the stories that shaped my childhood, and the bond shared with the same land of Ambrósio, giving this work an affective character, deeply rooted in my memory and identity. The relevance of the topic is justified both by the fact that racism constitutes a central problem in our society and by the historical importance of the quilombo in question, which was one of the centers of the second-largest quilombo ever in Brazil and the largest in Minas Gerais. The Quilombo do Ambrósio Archaeological Site has been designated a historical heritage site by the National Institute of Historic and Artistic Heritage (IPHAN). The discussion on racial issues is grounded in the studies of prominent Black thinkers and intellectuals, while information about the archaeological site was obtained from official documents regarding the heritage designation process, research conducted by

scholars dedicated to studying Quilombo do Ambrósio, and oral research carried out with a current resident and representative of the Quilombo do Ambrósio community. Based on the results of this research, educational material was developed, presented, and discussed with students of the Quilombo do Ambrósio Municipal School, in the Quilombo do Ambrósio community of Ibiá, as a tool for promoting antiracist education. Despite the numerous challenges of a structurally racist society and the consequent disconnect of the community from the historical origins of the site, the results were highly positive, demonstrating the development of critical awareness among the students. This process has been strengthened by efforts to value the history of Black people, mainly led by local residents, notably the teacher, historian, and community representative Victória Afonso de Castro, whose work has significantly contributed to keeping the memory and legacy of the quilombo alive. She stands as an important reference in the process of preserving and valuing this history, although significant challenges remain in the ongoing fight against racism.

Keywords: Antiracist Education, Quilombo do Ambrósio, Racism, Quilombo do Ambrósio Archaeological Site.

Sumário

Introdução.....	13
Capítulo 1 - A questão racial no Brasil.....	15
Capítulo 2 - Sítio Arqueológico Quilombo do Ambrósio de Ibiá-MG.....	21
2.1 – Lenda.....	29
2.2 – Documentos.....	37
2.3 - Vestígios arqueológicos.....	43
Capítulo 3 - Desenvolvimento de atividade na Escola Municipal Quilombo do Ambrósio de Ibiá-MG.....	54
Considerações finais.....	67
Referências.....	68
Bibliografia.....	70
Apêndice.....	71

Lista de figuras

FIGURA 1 – Igaçaba encontrada da região de Ibiá-MG.....	26
FIGURA 2 – Morro do Espia.....	43
FIGURA 3 - Área do antigo Quilombo em formato de ferradura, onde se encontram vestígios de sua ocupação.....	44
FIGURA 4 - Blocos de barro provenientes de parede de pau-a-pique com marcas de dedo e de madeira.....	46
FIGURA 5 - Blocos de barro provenientes de parede de pau-a-pique com marcas de dedo e de madeira.....	47
FIGURA 6 - Recipiente cerâmico com decoração que remete ao Cosmograma Bakongo.....	47
FIGURA 7 - Recipiente cerâmico com decoração que remete ao Cosmograma Bakongo.....	48
FIGURA 8 - Fragmentos de espigas de milho carbonizadas.....	48
FIGURA 9 - Fragmento de madeira carbonizada.....	49
FIGURA 10 - Fragmentos de espiga de milho carbonizada com vestígios de palha...	49
FIGURA 11 - Recipientes de cerâmica com alça.....	50
FIGURA 12 - Recipientes de cerâmica com alça.....	51
FIGURA 13 – Grilhão encontrado em estrada rural da região do Quilombo do Ambrósio em Ibiá-MG.....	53

FIGURA 14 – Povoado Quilombo do Ambrósio, Ibiá-MG.....	55
FIGURA 15 – Exemplar do kit montado para atividade.....	57
FIGURA 16 – Roda de conversa e desenvolvimento da atividade na Escola Municipal Quilombo do Ambrósio de Ibiá-MG.....	57
FIGURA 17 – Desfile cívico: Representação da importância da África para a história do Brasil, com a árvore africana baobá, mapa da África e máscaras africanas.....	61
FIGURA 18 – Desfile cívico: Homenagem a pessoas negras da comunidade de Ibiá representadas nas fotografias.....	62
FIGURA 19 – Desfile cívico: Personalidades negras de Ibiá do campo da arte, ciência, educação e esporte.....	62
FIGURA 20 – Desfile cívico: Representação da habitação dos quilombolas, ao fundo o Morro do Espia.....	64
FIGURA 21 – Desfile cívico: Representação de Ambrósio e seu tesouro.....	65
FIGURA 22 – Desfile cívico: Representação do decreto de tombamento municipal e federal do Sítio Arqueológico Quilombo do Ambrósio.....	66

Introdução

O racismo encontra-se estruturalmente enraizado em todas as dimensões da vida social brasileira, configurando-se como um dos principais mecanismos de produção e manutenção das desigualdades sociais no país. A população negra é marcada por estigmas históricos que condicionam trajetórias de vida atravessadas pela discriminação, a qual restringe o acesso às mesmas oportunidades disponíveis às pessoas brancas. Embora sejamos iguais em nossa essência humana, socialmente não recebemos o mesmo tratamento, e é justamente nessa contradição que reside um dos maiores problemas sociais do Brasil: o racismo.

Considerando a centralidade da discussão acerca da questão racial no Brasil, este trabalho tem como objetivo refletir sobre possibilidades para a promoção de uma educação antirracista, compreendida como prática indispensável à formação crítica e cidadã. Busca-se, assim, contribuir para a desconstrução de narrativas preconceituosas ainda presentes no senso comum, analisando, ainda que de forma breve, em razão da complexidade do tema, como o racismo foi historicamente constituído como um projeto ao longo de nossa história.

A escolha por tratar do Sítio Arqueológico Quilombo do Ambrósio, localizado em Ibiá, nasceu de um interesse pessoal em falar do lugar onde vivi, de seu importante passado ligado à história do povo negro, e do compromisso com a valorização e preservação desse importante patrimônio histórico, cuja relevância ainda se encontra pouco explorada no campo educacional. É importante salientar, entretanto, que o Quilombo do Ambrósio não se restringiu a esse território específico: ele também se estabeleceu em outras localidades de Minas Gerais, abrangendo os atuais municípios de Cristais e Formiga. Desse modo, busca-se, trazer visibilidade a uma história ampla e plural, que ultrapassa fronteiras geográficas e reafirma a participação do povo negro na formação de nossa sociedade.

A promoção do conhecimento sobre a questão racial no Brasil e sobre o Sítio Arqueológico Quilombo do Ambrósio de Ibiá, torna-se um instrumento pedagógico relevante, pois aproxima a comunidade escolar com a importante origem histórica do local, contribuindo para o processo de valorização da cultura

negra, buscando também ampliar a compreensão dos processos históricos que resultaram na atual conjuntura político-social brasileira.

A metodologia adotada neste trabalho fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, de caráter histórico e educacional, com base no levantamento bibliográfico e documental, com realização de pesquisa em obras de intelectuais negros, além de estudos arqueológicos e históricos sobre os quilombos no Brasil, com ênfase no sítio arqueológico Quilombo do Ambrósio de Ibiá. O principal desafio desta pesquisa encontra-se nas lacunas existentes na historiografia, resultantes, sobretudo, do processo de apagamento histórico provocado pela perseguição aos quilombos, pela consequente perda da cultura oral e pela destruição de documentos relativos a escravidão. Ademais, os registros existentes são, em sua maioria, produzidos por autoridades portuguesas, podendo, muitas vezes, conter informações racistas, distorcidas ou parciais.

A estrutura deste trabalho foi dividida em três capítulos. O Capítulo 1 dedica-se à discussão sobre a questão racial no Brasil, trazendo à tona aspectos relevantes de nossa história que auxiliam na compreensão do processo de enraizamento do racismo em nossa sociedade, ao mesmo tempo em que busca desconstruir narrativas eurocêntricas e preconceituosas. O Capítulo 2 apresenta informações sobre o Sítio Arqueológico Quilombo do Ambrósio, localizado em Ibiá, Minas Gerais, analisando as fontes que fundamentaram o seu tombamento como patrimônio histórico pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Por fim, o Capítulo 3 dedica-se à avaliação dos resultados do desenvolvimento do material paradidático criado a partir desta pesquisa, anexado no final deste trabalho, realizado na Escola Municipal Quilombo do Ambrósio, situada nas proximidades do sítio arqueológico. Para tanto, apoia-se também em informações obtidas por meio de depoimento de uma moradora e representante do povoado que realiza um importante trabalho voltado para educação antirracista na comunidade, atuando ativamente na promoção dos interesses de seu povo e na valorização histórica do local. Ademais, ressalta-se também o surgimento de um movimento de valorização da história do povo negro na região, expresso na homenagem prestada ao Quilombo do Ambrósio pela cidade de Ibiá durante o desfile cívico de 2025.

Capítulo 1 – A questão racial no Brasil

Concepções racistas baseadas na ideia da superioridade branca, foram criadas e utilizadas para justificar o imperialismo, a colonização e a escravidão, recorrendo-se a falsas teorias científicas — hoje reconhecidas como racismo científico — que sustentavam a narrativa de que os povos europeus brancos seriam mais evoluídos e, portanto, teriam a “missão” de levar a “civilização” aos povos dos territórios colonizados. O conceito de raça foi elaborado por europeus brancos que se autodefiniram como o ápice da evolução humana, estabelecendo uma hierarquia que posicionava os povos não brancos em patamares inferiores, com o objetivo de legitimar e justificar seu domínio.

O problema fundamental não está na raça, que é uma classificação pseudocientífica rejeitada pelos próprios cientistas da área biológica. O nó do problema está no racismo que hierarquiza, desumaniza e justifica a discriminação existente. Há cerca de quarenta anos geneticistas e biólogos moleculares afirmaram que as raças puras não existem cientificamente (...).¹

Embora baseada em ideias falsas, essa ideologia racista serviu de alicerce para um dos maiores horrores da humanidade: a escravidão transatlântica. Diferentemente das formas de escravidão que existiam em algumas sociedades africanas — geralmente resultantes da captura de prisioneiros de guerra ou de dívidas, em que os escravizados podiam ser incorporados à comunidade local, contrair matrimônio, possuir bens e, em certos casos, alcançar relativa autonomia —, a escravidão transatlântica ocorreu em escala muito mais ampla e violenta. Nela, homens, mulheres e crianças foram reduzidos à condição de propriedade, submetidos a um processo brutal de violência, exploração e desumanização sem precedentes.

Nenhum sistema de escravidão praticado nas sociedades tradicionais da África negra estava fundado sobre a presunção da inata inferioridade dos escravizados, muito menos sob a absoluta negação de sua humanidade. A escravidão era, com frequência, uma consequência da guerra, e não era considerada uma imutável condição

¹ MUNANGA, Kabengele. Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. Revista USP, São Paulo, n.68, dezembro/fevereiro 2005/2006, p.56.

“natural”. O escravo cativo podia elevar sua posição social no seio da sociedade do captor, e não perdia sua condição humana.²

Nesse contexto, o princípio de nossa história pós-colonização foi marcado pela diáspora forçada de milhões de africanos, pertencentes a diversas etnias, que foram retirados de seus países de origem, separados de suas famílias e lançados em navios negreiros superlotados, privados das condições mais básicas de sobrevivência. Ao atravessarem o Atlântico, foram reduzidos à condição de mercadoria, tornando-se com o tempo o mercado mais lucrativo do sistema colonial. Comercializados em terras desconhecidas, sem domínio do idioma, das plantas, do território e dos costumes locais, foram também impedidos de preservar suas tradições, sua religião e sua língua, forçados ao trabalho escravizado, vendo condenados também seus descendentes a essa mesma realidade de opressão e desumanização.

(...) a espoliação organizada quando, em proveito do tráfico atlântico (século XV ao XIX), homens e mulheres originários de África foram transformados em homens-objeto, homens-mercadoria e homens-moeda. Aprisionados no calabouço das aparências, passaram a pertencer a outros, que se puseram hostilmente a seu cargo, deixando assim de ter nome ou língua própria.³

O preconceito dirigido aos costumes de origem africana, aos modos de viver e de falar e, sobretudo, às religiões, remonta a este período, quando todas as expressões da vida dos negros eram perseguidas e condenadas, tanto pelas autoridades portuguesas quanto pela Igreja Católica, afim de solapar qualquer possibilidade de revolução. Essa repressão deixou marcas profundas, cujos reflexos ainda se fazem presentes na contemporaneidade, manifestando-se no estigma que recai sobre as expressões culturais de matriz africana, frequentemente desvalorizadas e marginalizadas, apesar de sua inestimável participação na formação da identidade brasileira.

A dificuldade enfrentada pela população negra escravizada no Brasil torna-se ainda mais evidente quando observamos que até mesmo as iniciativas voltadas ao fim da escravidão estavam pautadas em interesses econômicos que

² NASCIMENTO, Abdias do. O quilombismo. 2ª ed. Fundação Palmares. Brasília/Rio de Janeiro. 2002. p.391.

³ MBEMBE, Achille. Crítica da Razão Negra. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: n.1 edições, 2018. p.12.

beneficiavam a elite branca da época, e não em uma verdadeira preocupação com a luta dos negros por liberdade.

A Lei Eusébio de Queiroz, de 1850, por exemplo, proibiu o tráfico de escravizados, mas sua formulação não se deu por razões humanitárias; tratou-se, sobretudo, de uma resposta aos interesses econômicos e políticos da Inglaterra. A Lei do Ventre Livre, de 1871, embora decretasse a liberdade dos filhos de mulheres escravizadas nascidos a partir de sua promulgação, na prática determinava que essas crianças permanecessem sob a tutela dos senhores até completarem 21 anos, trabalhando compulsoriamente e arcando com os custos de sua própria criação, perpetuando, assim, a lógica escravista. De modo semelhante, a Lei dos Sexagenários, de 1885, pouco alterava a realidade, pois apenas retirava dos senhores a obrigação de sustentar escravizados debilitados, sendo que, em decorrência das condições degradantes de vida, pouquíssimos conseguiam alcançar os sessenta anos de idade.

A Lei Áurea, assinada em 13 de maio de 1888, pela princesa Isabel, aboliu oficialmente a escravidão, não por benevolência, mas como resposta às pressões externas, sobretudo da Inglaterra, em meio ao processo da Revolução Industrial e à necessidade de expansão de um mercado consumidor sustentado pelo trabalho assalariado. Assim, o 13 de maio não deve ser compreendido como uma data de celebração, o Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão, e sem qualquer garantia de reparação, moradia, alimentação, saúde ou emprego para a massa de negros que então compunha grande parte da população brasileira. Através da reivindicação de movimentos sociais negros, o dia 20 de novembro foi instituído como Dia Nacional da Consciência Negra, em homenagem a Zumbi de Palmares, este sim, representando a luta dos negros por liberdade.

É importante salientar que a abolição da escravidão não assegurou à população negra o pleno exercício de seus direitos. Na ausência de qualquer projeto de inserção social ou de reparação histórica, pessoas negras, exploradas por séculos, tiveram, no pós-abolição, sua força de trabalho rejeitada. Ao invés de implementar políticas de inclusão voltadas a essa massa de trabalhadores, o governo brasileiro optou por incentivar a imigração europeia, em um movimento que, além de compor um projeto de branqueamento da população sob a justificativa de promover o “progresso” — já que a grande presença de pessoas

negras era vista pelo pensamento racista como símbolo de atraso —, também visava saturar o mercado de trabalho, garantindo, assim, a manutenção de salários baixos.

Se a escravidão significou crime hediondo contra cerca de 300 milhões de africanos, a maneira como os africanos foram “emancipados” em nosso país não ficou atrás como prática de genocídio cruel. Na verdade aboliram qualquer responsabilidade dos senhores para com a massa escrava, uma perfeita transação realizada por brancos, pelos brancos e para o benefício dos brancos.⁴

A história narrada sob uma perspectiva eurocêntrica, amplamente disseminada inclusive no âmbito da educação brasileira, reduz a história da população negra apenas à condição de povos que foram escravizados e, em geral, deixa de problematizar as consequências atuais deste fato, limitando-se a representar a experiência negra apenas pelo viés do sofrimento — dimensão inegavelmente relevante, mas insuficiente diante da necessidade de compreender e valorizar o povo negro em toda a sua complexidade, potencialidade e papel na construção de nossa história e cultura.

Nessa narrativa, supõe-se que a questão foi solucionada com a abolição da escravidão, difundindo-se a ideia de que os brasileiros vivem em plena harmonia e de que no Brasil não existe racismo, afinal, somos um povo miscigenado. O que se omite, contudo, é que a escravidão é um fenômeno historicamente recente, que atravessou séculos de nossa formação social, e cuja abolição ocorreu sem qualquer projeto de reparação ou de inserção da população negra liberta na sociedade. Oculta-se, ainda, que a miscigenação não representou igualdade entre raças, mas antes, uma das faces mais violentas deste processo, marcada pelo estupro de mulheres negras escravizadas e indígenas pelo homem branco.

Ainda que não tenham existido no Brasil regimes explícitos de segregação como o Apartheid, a discriminação manifesta-se de forma velada, mas não menos eficaz, ao estabelecer uma hierarquia baseada na cor da pele, em que o branco é historicamente associado ao padrão do bom e do belo e o negro como o oposto disso. Restringindo de maneira simbólica e material, os

⁴ NASCIMENTO, *op.cit.*, p.91.

espaços que a população negra pode ou não ocupar, sendo subrepresentados em posições de poder.

Essa hierarquização manifesta-se de forma evidente também nas representações do negro na literatura, televisão, internet, livros didáticos e outros meios de comunicação em que, na maioria das vezes, sua imagem é associada à pobreza, violência e sofrimento, raramente ocupando posições de protagonismo. Do mesmo modo, nos noticiários, as vidas negras são sistematicamente desvalorizadas, não gerando a mesma comoção social diante de suas perdas, como se tivessem menos relevância no tecido social. Tal desumanização ecoa nas palavras da cantora Elza Soares: “a carne mais barata do mercado é a carne negra”.⁵

Os estereótipos produzidos ao longo da história, influenciados pelos meios de comunicação em massa, contribuem para a manutenção da mentalidade racista e impactam diretamente a vida da maioria do povo brasileiro, visto que, segundo censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2022, 52% da população brasileira é negra⁶. Esse quadro configura-se como um dos problemas centrais do país, uma vez que o racismo estrutural, historicamente constituído como projeto, promove a distinção entre as pessoas de acordo com a cor de suas peles, privilegiando pessoas brancas e relegando pessoas negras a condições de marginalização, transformando-a em uma massa de pessoas socialmente excluídas e em um exército industrial de reserva. Portanto, o racismo não é apenas perpetuado por aqueles que não refletem sobre seus males; ele é também produzido e reproduzido em função de interesses econômicos. Para que haja acumulação de capital, faz-se necessária a manutenção da desigualdade social e da pobreza — e esses dois extremos de nossa sociedade possuem uma diferença racial histórica e socialmente construída.

Diante disso, torna-se imprescindível reconhecer o privilégio branco em nossa sociedade, não apenas nas elites herdeiras da acumulação de capital construída às custas da escravidão, mas também no privilégio usufruído por

⁵ SOARES, Elza. JORGE et al. A CARNE. In: Do Cóccix até o Pescoço. Som livre. 2002.

⁶ IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: características gerais dos domicílios e dos moradores, 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

peessoas brancas pobres que, embora também afetadas pelas desigualdades sociais, ainda assim se beneficiam, mesmo que sem intenção, da estrutura racista vigente. Lélia González explica:

(...) se poderia colocar a questão típica do economicismo: tanto brancos quanto negros pobres sofrem os efeitos da exploração capitalista. Mas, na verdade, a opressão racial nos faz constatar que mesmo os brancos sem propriedade dos meios de produção são beneficiários do seu exercício. Claro está que, enquanto o capitalista branco se beneficia diretamente da exploração ou superexploração do negro, a maioria dos brancos recebe seus dividendos do racismo, a partir da sua vantagem competitiva no preenchimento das posições que, na estrutura de classes, implicam as recompensas materiais e simbólicas mais desejadas. Isso significa, em outros termos, que, se pessoas possuidoras dos mesmos recursos (origem de classe e educação, por exemplo), executando sua afiliação racial entram no campo de competição, o resultado dessa última será desfavorável aos não brancos.⁷

Para compreender as desigualdades sociais, é fundamental adotar a perspectiva da interseccionalidade, considerando como se articulam os recortes de classe, gênero e raça, que se configuram como distintas formas de opressão. No entanto, para os objetivos desse trabalho, o enfoque principal recai sobre a dimensão racial, considerada como a categoria de análise mais determinante na compreensão das disparidades sociais presentes na sociedade brasileira.

Enquanto o povo negro era submetido ao regime escravocrata, a elite branca acumulava capital e riqueza às suas custas, recursos esses que se transformaram em poder econômico e político, influenciando diretamente os rumos do país. Nesse sentido, evidencia-se a profunda contradição de nossa sociedade: a população negra, ao mesmo tempo em que foi grande responsável pela construção material, histórica e cultural desta nação, acabou sendo excluída do projeto de Estado, por meio de um racismo velado e perverso, sustentado pela falsa ideia de uma democracia racial.

⁷ GONZALEZ, Lélia. 2020. Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaio, Intervenções e Diálogos Rio Janeiro: Zahar. p. 29.

Capítulo 2 - Sítio Arqueológico Quilombo do Ambrósio de Ibiá-MG

No Brasil, os quilombos simbolizam a força da resistência negra ao longo de todo o processo de formação da história nacional, uma trajetória marcada por estruturas profundamente racistas que buscaram negar a humanidade, a liberdade e a dignidade do povo negro. Ao longo do tempo, esses espaços assumiram múltiplos significados, representando não apenas a negação do sistema escravista, mas também a afirmação de liberdade, identidade e construção coletiva de novos modos de vida.

A primeira definição de quilombo em documentos oficiais, é de 1740, quando as autoridades portuguesas definiram o quilombo como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos nem se achem pilões neles”.⁸ A definição oficial atribuída ao quilombo, ao longo do período escravista, evidencia o caráter persecutório direcionado aos escravizados que conseguiam escapar da condição de cativo, os quais, mesmo em pequeno número e ainda sem meios de consolidar uma comunidade estável, eram considerados uma ameaça à ordem escravista.

Essa concepção, formulada no interior da lógica de dominação e controle social, reforçou a ideia reducionista de que os quilombos se limitavam a espaços de fuga e isolamento, apagando sua complexidade histórica e social. Tal perspectiva, contudo, mostra-se equivocada, uma vez que os quilombos se constituíam como territórios de organização coletiva, de resistência política e cultural, além de manterem relações de troca, convivência e interdependência com as populações vizinhas. Nesse sentido, mais do que meros refúgios, os quilombos foram verdadeiras expressões de liberdade e reinvenção da vida em meio a um sistema marcado pela violência e pela exclusão.

Quilombo não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial. Repetimos que a sociedade quilombola representa uma etapa no progresso humano e sócio-político em termos de igualitarismo econômico. (...) Os quilombos dos séculos XV, XVI, XVII, XVIII e XIX nos legaram um patrimônio de prática quilombista. Cumpre aos negros

⁸ CONSELHO ULTRAMARINO, 1740 *apud*. ALMEIDA, A. W. B. de. Quilombolas e novas etnias. Manaus: UEA, 2011. p.59.

atuais manter e ampliar a cultura afro-brasileira de resistência ao genocídio e de afirmação de sua verdade.⁹

Segundo Kabengele Munanga, a palavra quilombo é uma transformação portuguesa da palavra *Kilombo*, de origem das línguas bantu, precisamente da língua quimbundo de Angola, e não poderia ser originalmente atribuída pelos portugueses aos escravizados fugitivos, a não ser por eles mesmos que sabiam seu significado, que não era habitação de negros fugidos mas sim uma sociedade ou organização de guerreiros ¹⁰. Este fato demonstra a autonomia do quilombo, mesmo diante das adversidades da sociedade escravista.

Os quilombos, ao contrário da ordem social instituída pelo colonizador, constituíram-se como modelo de organização social pautado na igualdade, ao integrarem em suas estruturas não apenas populações negras, mas também indígenas e brancas. Baseado em um sistema agrícola diversificado, associado a práticas de trocas comerciais e a formas próprias de organização social e política com influência do modelo africano, mostrou-se capaz de atender às necessidades coletivas de seus membros. Além disso, estabeleceu uma relação de equilíbrio e respeito com a natureza, revelando-se como uma experiência histórica singular no Brasil.

Desta realidade é que nasce a necessidade urgente do negro de defender sua sobrevivência e de assegurar a sua existência de ser. Os quilombos resultaram dessa exigência vital dos africanos escravizados, no esforço de resgatar sua liberdade e dignidade através da fuga ao cativeiro e da organização de uma sociedade livre. A multiplicação dos quilombos fez deles um autêntico movimento amplo e permanente. Aparentemente um acidente esporádico no começo, rapidamente se transformou de uma improvisação de emergência em metódica e constante vivência dos descendentes de africanos que se recusavam à submissão, à exploração e à violência do sistema escravista.¹¹

O estudo dos quilombos no Brasil possibilita compreender não apenas a relevância da ligação histórica entre a África e a formação da sociedade brasileira, mas também analisar e refletir sobre o apagamento histórico do povo negro promovido ao longo de nossa formação nacional. O olhar crítico sobre os

⁹ NASCIMENTO, *op.cit.*, p.348.

¹⁰ MUNANGA, K. Apresentação. In: FÉLIX, R. Volta miúda: quilombo, memória e emancipação. Ilhéus, BA: Editus, 2020, p. 19-20.

¹¹ NASCIMENTO, *op.cit.*, p.337.

quilombos contribui, ainda, para desconstruir a equivocada teoria da “escravidão branda” e do mito da passividade dos escravizados, promovendo o reconhecimento da população negra como verdadeiro sujeito histórico. Além disso, permite refletir sobre a possibilidade de um modelo de sociedade capaz de atender aos interesses do povo, pautado no respeito à natureza, na valorização da cultura e na dignificação de sua identidade.

Entretanto, o estudo sobre os quilombos apresenta inúmeros desafios, uma vez que, em decorrência da intensa perseguição sofrida por essas comunidades, grande parte da tradição oral, transmitida de geração em geração, acabou se perdendo ao longo do tempo. Além disso, os documentos existentes, em sua maioria produzidos por autoridades coloniais portuguesas, podem conter informações racistas, imprecisas e distorcidas, além de que, muitos deles foram extraviados ou destruídos. Em razão dessas limitações, a historiografia acerca dos quilombos apresenta diversas lacunas, o que, por vezes, impede a construção de consensos entre os historiadores, especialmente no que diz respeito a datas, locais e circunstâncias históricas.

Diante desse cenário, este trabalho tem como objetivo concentrar-se especificamente nas informações registradas nas fontes utilizadas para o tombamento do Sítio Arqueológico Quilombo do Ambrósio, em Ibiá, pelo IPHAN, com a finalidade de reunir e disponibilizar esse conhecimento de forma acessível, inclusive para a própria população local, contribuindo, assim, para a valorização da memória histórica da região.

Em razão da intensa perseguição dirigida aos quilombos — não apenas durante o período escravocrata, mas também ao longo de toda a história do Brasil —, inúmeras comunidades quilombolas foram privadas do direito às terras que tradicionalmente ocupavam, inclusive pela Lei de Terras de 1850, que extinguiu a possibilidade de posse pela ocupação, restringindo-a à compra, o que dificultava o acesso à terra pelas populações pobres, especialmente pela população negra, cuja força de trabalho foi explorada durante a escravidão e cujo trabalho livre assalariado foi rejeitado.

Esse processo de expropriação, marcado pela violência, pelo preconceito e pela negação de direitos, perdurou ao longo de nossa história, com quilombos sendo ameaçados e atacados também por grandes latifundiários, o que obrigou muitos grupos a migrarem para os centros urbanos, onde passaram a constituir

os chamados quilombos urbanos. Tais espaços, ainda que distantes do território original, preservam-se como núcleos de resistência, memória coletiva e reafirmação cultural.

Várias batalhas foram travadas contra os negros quilombolas que se encontravam principalmente em terras que o governo da capitania desejava ocupar, por isso, foram frequentes as concessões de sesmarias aos fazendeiros que podiam ser nomeados para investir e destruir quilombos, sendo que um dos núcleos mais resistentes ocupava uma faixa que envolvia as serras da Marcela, da Saudade, o Campo Grande e a Serra da Canastra, tendo sido o Quilombo de Ambrósio derrotado por três vezes, pois ressurgia em outros lugares.¹²

Entre os quilombos que marcaram a história do Brasil, o Quilombo dos Palmares ocupa lugar central e incontornável. Formado na esteira do ciclo do açúcar no Nordeste, no final do século XVI, localizado na Serra da Barriga, atual estado de Alagoas, foi o maior quilombo que existiu no Brasil e se transformou em grande símbolo da resistência e do poder do povo negro, e mesmo sob todas as adversidades, estabeleceram uma organização altamente estruturada, consolidando Zumbi como herói histórico, eternizado como representante da luta pela liberdade e pela dignidade da população negra brasileira.

Dos movimentos dos cativos contra a escravidão, Palmares é, por circunstâncias especiais, o mais conhecido e estudado. Foi o que mais tempo durou; o que ocupou — e ocupou de fato — maior área territorial e o que maior trabalho deu às autoridades para ser exterminado. De 1630 a 1695 os escravos palmarianos farão convergir sobre seu reduto as atividades, os esforços e as diligências dos governantes da Colônia.¹³

Com a decadência do açúcar no Brasil e mudança do eixo econômico para o Sudeste, provocado pelo descobrimento do ouro em Minas Gerais, no final do século XVII, ocorreu um intenso deslocamento populacional, atraindo pessoas de diferentes regiões da colônia e do exterior. Nesse contexto, um grande contingente de pessoas escravizadas foi destinado à atividade

¹² BRASILEIRO, J. & SANTOS, V. H. dos. História, direito e gestão de políticas públicas: saberes tradicionais das comunidades quilombolas em Minas Gerais – Brasil. *Revista Direitos Culturais*, 15(37), 2020, p.260,261.

¹³ MOURA, Clóvis. *Rebelião na senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981, p.185.

mineradora, o que, por consequência, contribuiu para a formação de diversos quilombos na região, entre eles, o Quilombo do Ambrósio, que no século XVIII, adquiriu reputação de ter sido o maior de Minas Gerais e se tornou motivo de grandes preocupações das autoridades coloniais.

Segundo o historiador Tarcísio José Martins, que dedicou mais de duas décadas de pesquisa ao estudo dos quilombos de Minas Gerais, o Quilombo do Ambrósio localizou-se, inicialmente, nos atuais territórios de Formiga e Cristais, em Minas Gerais, onde permaneceu até 1746, quando seu palanque foi atacado pela bandeira do capitão-governador Antônio João de Oliveira, apesar da ofensiva, o quilombo não foi destruído. Após esse episódio, os quilombolas teriam se deslocado para a região de Ibiá, onde, em 1759, a comunidade foi atacada pela expedição do governador comandante capitão Bartolomeu Bueno do Prado. Ao chegar ao local, entretanto, as forças coloniais teriam encontrado o espaço já abandonado, não havendo, portanto, registros de batalhas nessa segunda ocupação do quilombo em Ibiá.¹⁴

Possivelmente, o Quilombo do Ambrósio foi um dos primeiros núcleos de ocupação da região de Ibiá, que foi sua segunda sede. O território onde hoje se localiza o município, no Alto Paranaíba, era originalmente também habitado por povos indígenas, dessa presença, foram encontradas diversas igaçabas¹⁵, algumas das quais se encontram atualmente preservadas no museu da cidade, o que demonstra também a importância dos povos indígenas para história local.

¹⁴ MARTINS, Tarcísio José. Quilombo do Ambrósio – Onde ficava?. MGquilombo. 1999. Disponível em: <<https://www.mgquilombo.com.br/artigos/bens-quilombolas-materias-e-imateriais/quilombo-do-ambrosio/>>. Acesso em: 03/05/2025.

¹⁵ Igaçaba é uma espécie de urna funerária utilizada por povos indígenas para ritos relacionados aos mortos.

Figura 1 - Igaçaba encontrada da região de Ibiá-MG



Fonte: Arquivo pessoal, fotografia feita em janeiro de 2025 em visita ao Museu Municipal de Ibiá-MG.

O processo de formação urbana iniciou-se às margens do Rio Misericórdia, em um ponto estratégico do caminho que ligava o Rio de Janeiro a Goiás, desenvolvendo-se em torno de um rancho ou pouso de tropeiros. Originalmente denominado São Pedro de Alcântara, o povoado aparece pela primeira vez em registros datados de 1818, mencionados no *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. No dia 10 de outubro de 1882, o povoado de São Pedro de Alcântara foi elevado à categoria de distrito, subordinado ao município de Araxá. Posteriormente, em 7 de setembro de 1923, conquistou sua emancipação política, passando a constituir município com o nome de Ibiá, termo de origem indígena que significa “terras altas”, em referência ao relevo montanhoso da região.¹⁶

¹⁶ PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÁ. Histórico. S.d. Disponível em: <<https://www.ibia.mg.gov.br/historico/>>. Acesso em: 02/09/2025.

A história do quilombo do Ambrósio, ainda possui muitas lacunas, devido aos apagamentos provocados a história do povo negro, por isso, não se sabe com exatidão quem foi Ambrósio.

Um dos episódios obscuros de Minas Gerais que se refere aos quilombos está justamente na identificação de seus “heróis” como gente subversiva que mesmo na historiografia surge sem nome próprio, líderes anônimos como rei Ambrósio, sem nome, sem sobrenome, somente o Pai Ambrósio, o Rei Ambrósio. É essa a memória de um líder que mesmo reconhecido como guerreiro ficou apagada da história e que só a tradição oral, a partir de sua recorrência às memórias do passado, tenta trazer luminosidade, uma vez que aos que construíram o tempo da memória passada, não interessavam divulgar a figura de um líder que poderia posteriormente tornar-se mártir de um povo oprimido que lutou por liberdade.¹⁷

Por meio da organização da população negra em movimentos sociais, importantes conquistas foram alcançadas ao longo da história. A Frente Negra Brasileira, fundada em 1931, destacou-se como pioneira na luta pelos direitos da população negra, atuando nas áreas da educação, da política e da assistência social. Na década de 1940, o Teatro Experimental do Negro, idealizado por Abdias do Nascimento, buscou promover a valorização da identidade negra por meio da arte, ao mesmo tempo em que também se dedicava à promoção da educação e de ações de assistência social. Mais adiante, em 1978, o Movimento Negro Unificado reuniu diferentes coletivos e organizações na luta antirracista, fortalecendo a mobilização nacional. Através das reivindicações destes movimentos sociais, alguns direitos foram incorporados à Constituição Federal de 1988, o que significou uma grande conquista e uma nova visibilidade para os quilombos no Brasil.

Devido à persistência dos movimentos negros e da mobilização de setores da vida intelectual nacional, os quilombos saem do anonimato. O que se tratava apenas como território de negros fugitivos transforma-se em símbolos de luta da população negra por justiça social.¹⁸

O sítio arqueológico Quilombo do Ambrósio e o Morro do Espia, foram tombados como patrimônio histórico municipal no ano de 1999. A solicitação de

¹⁷ BRASILEIRO, J. & SANTOS, *op.cit.*, p.260,261.

¹⁸ CUNHA JUNIOR, Henrique Antunes. Quilombo: patrimônio histórico e cultural. Revista Espaço Acadêmico (UEM), v. 129, 2012. p.161.

abertura do processo federal de tombamento dos remanescentes históricos do Quilombo do Ambrósio pelo IPHAN, foi feita em julho de 1998 e se deu por pesquisa documental, bibliográfica e arqueológica, realizada na época por uma equipe de pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), entre eles: Carlos Magno Guimarães historiador, arqueólogo da UFMG, Breno Decina Filho, arquiteto, arqueólogo do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG) e Tânia Porto G. Veloso, bióloga, arqueóloga, convidada da equipe de arqueologia da UFMG.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é o órgão responsável pela preservação e divulgação do patrimônio nacional. Amparado pelo artigo 216 da Constituição Federal de 1988, §5º que diz: “ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos”, foram abertos onze processos para tombamento no âmbito do IPHAN, sendo que, apenas o Quilombo do Ambrósio resultou em tombamento até o momento, realizado no ano de 2002.¹⁹

Para subsidiar o processo, foram utilizadas diferentes fontes, tais como: a lenda intitulada *Quilombolas – Lenda Mineira Inédita*, escrita por José Joaquim do Carmo Gama; oito cartas da seção colonial do Arquivo Público Mineiro, datadas entre 1746 e 1757; vestígios arqueológicos identificados no local da antiga ocupação; além de marcos geográficos, como o Morro do Espia, Córrego do Ambrósio, Córrego do Quilombo e da tradição oral preservada pela comunidade local.

¹⁹IPHAN. Dicionário do Patrimônio Cultural. 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/81/quilombo>. Acesso em: 02/09/2025.

Lenda

O artigo intitulado *Quilombolas - Lenda Mineira Inédita* foi escrito por José Joaquim do Carmo Gama no final do século XIX e publicado em 1904 na Revista do Arquivo Público Mineiro, baseado em um manuscrito produzido por Janoário Pinto Moreira, com nome *Apontamentos Geográficos e Históricos por Janoário Pinto Moreira*, um aluno de primeiras letras do ex-padre Caturra. Carmo Gama teria recebido esse manuscrito de seu parente e amigo Padre Euzébio Nogueira Penido, vigário de Itatiay-ussu, embora a existência do manuscrito nunca pudesse ter sido comprovada.

Na história, padre Caturra era senhor proprietário de Ambrósio e teria participado da formação do Quilombo. Anos depois, teria contado sua história para seu aluno de primeiras letras que teria escrito o manuscrito que chegou às mãos de Carmo Gama. A informação sobre a localização geográfica do Quilombo, contida na lenda de Carmo Gama, foi uma das informações utilizadas para embasar o início da pesquisa de tombamento histórico do quilombo pelo IPHAN na região.

A lenda em si, possui alguns pontos problemáticos. Além do caráter racista da linguagem utilizada na descrição de Carmo Gama, ela liga o surgimento do quilombo aos jesuítas, retirando dos quilombolas seu papel de sujeito na história, além de problemas relacionados às datas de expulsão dos jesuítas, que teria sido posterior à destruição do quilombo, o que não poderia ligá-los ao seu surgimento. Embora, na tradição oral da região de Ibiá, a participação dos jesuítas, citada na publicação do Arquivo Público Mineiro, não seja considerada.

Além disso, ao narrar o surgimento do quilombo na região de Ibiá, a lenda também causa o apagamento da história do quilombo existente em Cristais e Formiga. O historiador Tarcísio José Martins, que estuda a história dos quilombos de Minas Gerais, aponta para o erro de afirmar a existência do quilombo apenas na região de Ibiá, pois apaga a história da existência de sua primeira povoação.²⁰

²⁰ MARTINS, Tarcísio José. Quilombo do Campo Grande: A História de Minas que se devolve ao povo. Contagem, MG: Editora Santa Clara, 2008.

Apesar de todos os problemas existentes, determinados trechos da narrativa revelam aspectos que remontam à sociedade quilombola, uma vez que destoam das práticas portuguesas e europeias predominantes na época em que a história se passou e de quando a lenda foi escrita e publicada. Entre esses elementos destacam-se indícios de uma organização igualitária, a preocupação com o respeito e a segurança das mulheres, entre outros valores que refletem um modelo social distinto, que embora não possa ser levada como verdade absoluta, traz em seu enredo alguns pontos importantes para reflexão.

O início da história se dá no contexto da expulsão dos jesuítas do Brasil, decretada pelo Marquês de Pombal, em 1759, embora segundo o relato, Padre Caturra nunca precisava as datas quando contava a história.

As draconianas leis da metropole excluíam os filhos do Brasil, tivessem o predado que tivessem, dos cargos civis e militares, por mínimos que fossem, deixando-lhes apenas os officios mecanicos, então considerados vis, os simples trabalhos de agricultura, ou, quando muito, os empregos mais humildes de soldados baixos ou marinheiros, sem direito a acesso, por melhores que fossem.²¹

Embora tenha dito que não conhecia pessoalmente os lugares em que se deram os acontecimentos, Gama diz ter utilizado a Carta Geographica de Minas e o Mapa do senador Candido Mendes, apontando a cidade de Araxá como ponto de referência. No enredo, alguns destes jesuítas, quando expulsos, fugiram acompanhados de escravizados e indígenas para o interior do território brasileiro, pelas margens do Rio São Francisco, chegando até as proximidades do Rio Misericórdia, na região de Ibiá.

(...) ganharam o caminho dos naturaes pelo espigão mestre, atravessaram a serra da ubérrima mata da corda e alcançaram as cabeceiras do Mizericordia. Ahi, nesse canto, cheio de atractivos, formado pelas serras da Parida e da Canastra, reunidas mais tribos indigenas, estabeleceram acampamentos, em quanto os exploradores assumptavam alem. Estavam no caminho desejado. Seguiram pela margem direita do Mizericordia, ninguem deixando, até um logar que ainda guarda o nome de Quilombo, logar predestinado a representar um papel saliente na lendaria retirada, que a tradição nunca deixou perder-se.²²

²¹ GAMA, Carmo. Quilombolas – lenda mineira inédita. Revista do Arquivo Público Mineiro, v.9, fasc. I e II, 1904, p.829.

²² *Ibid.*, p.829,832.

Nesse lugar, teriam deixado cerca de duzentos escravizados, com comportamentos considerados delituosos, pelos jesuítas.

Nas luctas travadas, nas refregas sustentadas, muitos dos escravos apenados dos jesuítas tinham embebido no sangue humano o ferro homicida de suas espadas, a curva de seus alphas ou cuspidos a morte pelas balas esfuziantes de seus bacamartes. Criminosos esses, não era prudente que os homens da paz conservassem em seu rebanho, para que, de futuro, não lhes fossem assacados mais os crimes de coito ou homisio de delictuosos.²³

Sob o comando de Ambrósio, acompanhado de sua esposa Cândida, se formou o Quartel Ambrosiano, ou Tengo-Tengo, nas proximidades do Rio Misericórdia. Os jesuítas seguiram margeando o rio, alcançaram e acompanharam o Quebra-Anzól, até chegar em um lugar que estabeleceram a Aldeia de Sant'Anna. Além de se livrar dos escravizados com comportamentos considerados indesejáveis pelos jesuítas, na história, a formação do quartel ambrosiano serviria de proteção ao povoado dos padres expulsos, que também estavam sendo perseguidos pela Coroa portuguesa, pois para chegarem até eles, teriam que primeiro passar pelo território de Ambrósio.

Por entre os escravos um havia, por nome Ambrosio, inteligente, valente, esbelto, e dotado de todas as qualidades próprias de um bom general (...) Resolveram, portanto, os chefes deixar no Mizericordia todos os criminosos e mais pessoal indispensavel, sob o mando absoluto de Ambrosio, e seguiram, levando cerca de duas mil pessoas, entre padres, seculares, escravos e índios, ao passo que, com Ambrosio ficaram ao todo, umas duzentas pessoas.²⁴

Ao descrever Cândida, esposa de Ambrósio, o autor deixa evidente as marcas do racismo, desvalorizando sua origem africana.

Ambrosio era casado com uma linda africana, por nome Candida (...) igualmente inteligente, talvez mais que Ambrosio, mostrou aptidão para a aprendizagem e da boçal africana fez-se uma rapariga educada o quanto possível para sua época e condição, mostrando até decidido pendor para as letras, para mais uma vez se provar que a bella planta não depende tanto, em certos casos, da natureza do solo, como dos cuidados do horticultor.²⁵

²³ *Ibid.*, p.832.

²⁴ *Ibid.*, p.833,834.

²⁵ *Ibid.*, p.833,834.

O Quartel Ambrosiano seguiu como subordinado da Aldeia de Sant'Anna, aumentando o número de habitantes, chegando a mais de mil:

As duzentas pessoas que tinham ficado sob o domínio de Ambrosio, em pouco tempo agregaram tantas outras vindas de pontos longínquos, atraídas pelas notícias que corriam ao longe que o número subiu a mais de mil.²⁶

As leis estabelecidas por Ambrósio para a comunidade revelavam-se fundamentadas na obediência ao chefe, cuja liderança era guiada pelo propósito de buscar o melhor para seu povo. Tais normas expressavam um caráter igualitário entre os habitantes e demonstravam especial preocupação com a segurança das mulheres, sendo os crimes cometidos contra elas, severamente punidos, uma concepção praticamente impensável no contexto da sociedade colonial da época. As leis eram as seguintes:

Todos trabalhavam com igualdade para o centro tanto ganhando o chefe, como qualquer trabalhador; obediência cega ao chefe que tinha o direito de vida e de morte; o maior respeito possível para com as mulheres; casamento geral e obrigatório para todos os homens, para todos os rapazes, logo que se tornassem púberes, não podendo moça alguma casar-se antes dos dezesseis anos completos; castigo imediato para os criminosos, que eram processados sumariamente. (...) o desacato a qualquer mulher, casada ou solteira era punido: pela primeira vez com repreensão severa do chefe; pela segunda, com pranchadas; pela terceira, com pena de morte na forca.(...) Quanto a vida social, o quartel ambrosiano apresentava o melhor paradigma das cooperativas. Todos trabalhavam para a sociedade; tudo era de todos, mas não havia nem meu nem teu. Todo o produto era recolhido ao tesouro, si dinheiro ou pedras preciosas; aos armazéns, si productos da lavoura.²⁷

Com o tempo, muitos escravizados da Aldeia de Sant'Anna fugiram para os domínios de Ambrósio, que os acolheu e negou entregá-los, por causa disso, o Quartel Ambrósiano, até então subordinado aos jesuítas, se torna independente. O quilombo continuava a crescer e a expandir sua população. Duas a três vezes por ano, eram organizadas expedições até Vila Rica, onde se comercializavam os produtos cultivados na comunidade e se adquiriam escravizados, que passavam a integrar-se ao quilombo. Em uma dessas

²⁶ *Ibid.*, p,835.

²⁷ *Ibid.*, p,835.

ocasiões, trouxeram alguém que mudaria o rumo de sua história e o progresso alcançado até então, seu nome era Pedro Rebollo.

Em uma dessas expedições, (...) os soldados de Ambrosio so puderam comprar e levar um escravo, moço e forte, mas destes entes humanos em cujos cerebros parece ter estampado a natureza o estygma da antipathia, da repulsa, do desagrado. Seu nome era Pedro Rebollo. Falava muito mal o portuguez e esse fora o motivo porque seu senhor o vendeu.²⁸

Mesmo após ter-lhe sido explicada as leis de Ambrósio, Rebollo desrespeitou duas mulheres da comunidade e ainda agrediu um homem que tentou defendê-las. Diante da gravidade de seus atos, foi preso e levado a Ambrósio, que o puniu severamente. Movido pelo desejo de vingança, Rebollo conseguiu fugir para Vila Rica, procurou seu ex- senhor que era oficial de milícia e com ajuda de interpretes delatou a existência do quilombo.

(...) narrou o que vira, dando idéa, não de um quilombo qualquer, mas de um reino perdido e ignorado la no centro de Minas. Não sabendo contar mais de dez, para dizer ou denunciar o numero de quilombolas do tal reino, apresentou um pedaço de páo lavrado em cujas quinas havia uma infinidade de piques; conforme esses piques, fez uma porção de montículos de grãos de milho, de dez cada um, pelos quaes chegaram à conclusão de que no quilombo havia cerca de seis mil habitantes, governados por um rei, que tinha a suas ordens um poderoso exercito e morava num palacio talvez maior do que o de Villa Rica.²⁹

Ao perceber a ausência do fugitivo, Ambrósio compreendeu o perigo iminente e a desgraça que cairia sobre seu povo. Comunicou-se, então, com os jesuítas, que o aconselharam a fugir. Contudo, os escravizados que haviam escapado de Sant'Anna recusaram-se, temendo retornar ao cativeiro. Diante disso, Ambrósio tomou a decisão de resistir e preparou-se para guerra que viria.

Três meses após a delação, reuniu-se em Vila Rica um exército de cerca de três mil homens, que, guiados pelo traidor, marcharam em direção ao sertão mineiro. O quilombo foi localizado, cercado e violentamente atacado — primeiro com armas de fogo, depois com flechas —, transformando-se em uma verdadeira carnificina. Os quilombolas resistiram bravamente, mas a superioridade bélica do inimigo se impôs. Diante desse cenário, Ambrósio

²⁸ *Ibid.*, p,838.

²⁹ *Ibid.*, p,844.

enxergava o declínio de seu povo e o iminente fim do reino que, com tanto esforço, haviam erguido.

Nesse sentido, a lenda narra um episódio complexo, muitas vezes interpretado como ato de covardia: diante do ataque inimigo e sem possibilidades de fuga, o chefe teria iniciado o assassinato de sua própria gente.

Ricamente trajado com todas as insignias do seu alto posto, assentado em uma cadeira, ao lado de sua mulher, Candida, toda vestida de branco, banhada em lágrimas e com o vestido já manchado de sangue, Ambrosio punha em pratica o que projectara, a imitação dos antigos, como tinha ouvido contar, perdida completamente a esperança de salvação. O lugar do sacrificio era o grande pateo da cadeia. Pelo chão jaziam ja alguns cadaveres, mostrando na glotte a larga cisão da degolla, e aos pés de Ambrosio, ajoelhadas, novas victimas para o sacrificio (...)³⁰

Contudo, esse gesto também pode ser compreendido como uma forma extrema de resistência, ao negar aos opressores o poder de dominar seus corpos em vida, pois, devido a violência infligida aos escravizados e principalmente aos que se rebelavam, existiam destinos piores que a própria morte. Como pode-se verificar no trecho:

As mulheres avisadas da sorte que as esperava, pediram licença e, ali mesmo, entre o riso sarcástico de uns, zombaria de todos os verdugos, ajoelhadas, na mais reverente compostura encommendavam-se a Deus!³¹

Ambrósio já preso pelo comandante das tropas inimigas, oferece seu tesouro em troca da liberdade dos sobreviventes, o que foi negado.

“No momento supremo, Ambrosio esquece por um pouco o sublime stoicismo a que se abraçara e offerece para o resgate dos sobreviventes um montão de ouro, uma quantia fabulosa. O commandante cego, inebriado não aceita; pelo contrario, do alto de sua ilusão, faz a carnificina e, após os mais horripilantes actos de cannibalismo, sente-se esmagado pelo peso do ludibrio, do escarnêo, com que a corte o castiga!”³²

³⁰ *Ibid.*, p.852.

³¹ *Ibid.*, p.856.

³² *Ibid.*, p.860.

Ambrósio foi interrogado:

- Quem és tu? – perguntou o comandante.
 - Sou Ambrosio, capitão deste Quartel.
 - Capitão... Quem é teu senhor, negro?
 - Sou livre e livre é toda a gente deste posto militar. Fui escravo, todos os adultos que aqui estão também o foram; mas somos todos livres. (...)
 - Pois bem. São todos captivos e da Real Fazenda, a qual pertencem todos os bens (...) portanto tu e toda esta canalha, da qual és cacique.
 - Perdão, senhor general! Cacique é rei dos índios e eu não sou índio: na minha terra o rei é Zambi, e lá cabe-me este título.
- O comandante desfez-se numa gargalhada feroz e prosseguiu:
- Sejas rei dos índios, rei da África, rei do Araxa, capitão-general do Tongo-Tongo, grande em ponto de pequeno, com toda essa lengalenga, o que é certo é que todo o teu poder nada vale e tens que escolher uma de duas: Ou has de sujeitar-te ao captiveiro, ou morrer. Escolhe.
- Nos lábios do negro esboçou-se um desses sorrisos que somente traduzem o desespero, a ancia, o inferno de uma alma angustiada; ao mesmo tempo que um tremor percorria todo o seu corpo, uma nevoa passou por toda a face e condensou-se em seus lábios, que se embranqueceram, numa quasi pallidez mortal, e Ambrosio respondeu:
- Já declarei ao senhor general que não sou cacique; mas aceito essa dignidade que me é conferida, e, tres vezes rei, uma vez capitão-general, aceito a morte!³³

Segundo a história, dos cerca de cinco mil habitantes do quilombo, apenas duzentos sobreviveram ao combate. O comandante ordenou que os corpos fossem lançados no fosso que circundava a cidade. Movido pela ganância do tesouro citado por Ambrósio, passou a interrogar os poucos sobreviventes em busca de informações sobre sua localização até que um dos quilombolas revelou:

Desde que Pedro fugiu, Ambrosio mandou reunir todo o dinheiro que havia na cidade, e, durante muitos dias (...) carregaram dinheiro em tachas, conduzidas cada uma por duas pessoas, por meio de um pão que passava pelas alças ou orelhas, e iam sempre para aquele lado (e apontou o rumo do Misericórdia, distante cerca de duas leguas) sem que alguém pudesse segui-los e vêr onde depositavam as riquezas desta cidade, riquezas que talvez sejam superiores às do Reino.³⁴

Enlouquecido ao perceber que havia eliminado todos aqueles que guardavam o segredo, o comandante, tomado pela fúria, descarregou sua ira sobre os prisioneiros, incendiou o quilombo e reduziu-o a ruínas.

³³ *Ibid.*, p.854-856.

³⁴ *Ibid.*, p.859.

Os vestígios arqueológicos encontrados no local apresentam-se também carbonizados, em consonância com a narrativa da lenda. Contudo, os corpos que, teriam sido enterrados no fosso nunca foram localizados. A lenda do tacho de ouro de Ambrósio ainda permanece viva na tradição oral da região, despertando ao longo do tempo a curiosidade de muitos que se aventuraram em sua busca — embora, até onde se sabe, o tesouro jamais tenha sido encontrado.

Documentos

Na documentação oficial produzida na época, foram identificados 8 documentos na seção colonial que falam da existência do quilombo. São eles: Carta de Gomes Freire de Andrade ao rei, de 8 de agosto de 1746, Carta de Gomes Freire de Andrade ao rei, de 6 de outubro de 1746 , Carta de Dom Luis de Mascaranhas ao rei, de 6 de abril de 1745, Carta de Gomes Freire de Andrade à Câmara de Vila Rica e das cidades de Mariana, São João del Rei, São José, Sabará e Vila Nova da Rainha, de 14 de junho de 1746, Carta de Gomes Freire de Andrade aos Ouvidores do Sabará e São João del Rei de 13 de junho de 1746, Carta de Gomes Freire de Andrade ao Capitão Governador e Comandante das tropas expedidas ao Campo Grande, Antônio João de Oliveira, de 1 de junho de 1746, Carta de José Antônio Freire de Andrade para o capitão-mor de Vila de São João del Rei, Manoel da Costa Gouveia , de 27 de junho de 1746 e Carta de Gomes Freire de Andrade para as oito câmaras da Capitania de Minas Gerais, de 12 de fevereiro de 1757.

O primeiro documento, carta de Gomes Freire de Andrade ao rei, de 8 de agosto de 1746, fala da existência de um quilombo chamado Campo Grande, com mais de vinte anos e mais de mil quilombolas, solicitando uma tropa de quatrocentos homens armados para destruí-lo:

Snor'.

Mais há devinte annos q. emdistanca da Com.ca de São João del Rey pa apárte chamada de Campo grde entre a d.a Com.ca , eade Goyás principiou a formar-se hum troço de negros aq' vulgármete chamão quilombo e há anos tem se aumentado, e nos passados foy dando a ver q' pa conservar-se a Com.ca era indispensável o castigo na destruição de hum tão prejudicial inimigo crescendo o quilombo pa fazerem danno aos brancos daquela, e outras Comárkas, destacavão continuamte partidas de vinte, e trinta negros q' executavam roubos, ecruelisimas mortes; algumas partidas se apanharão, e posto se me fez justiça, não foy bastante remédio; antes se aumentou o numo . de negros a quilombados, echegou a tanto que segundo os melhores cálculos pasaava eles já de mil negros, e grande numero de negras ecrias: unido este poder elegerão Rey, e gormarão [?] hum palanque assaz forte, e determinandosse apparecer o fazem com insolencia de queimar as vivendas , matarem os Snr. es de Mas [?], forçarem as familias, e levarem os escravos q' entendem proprios reclutas, sendo cencivillismo ente damno, eestando já parte da Com.ca , não se emconsternação, mas precisada adespejár-se, resolvi castigar esta coleccion de barbaros, e com os Ouves de V. R.a , Sabará, e São João ajustes depois de ouvidos os homens mais capazes , e inteligentes formar um corpo de quatro centos homens, e dando-lhe muniçoens de guerra , e de boca, os mandey com cabos inteligentes destruir , não só

este mayor quilombo, mas outro menores, q' se sabe conservam-se em diferentes partes. Tambem nos pareceo q' dasrendas da Com.ca se devia suprir a despesa desta expedição, mas conhecendo o risco, cogto se aumentáva com corerão com duas mil settecentas, e sincoenta outáves de outro, que foy orçada a despesa precisa: dos Armazens mandey apronptar algumas armas, pólvora, balla, e granadas, e antes de sahir da Cap.nnia das Minas pus em Marcha da tropa, com reglamto que entendi próprio pa sua conservação, e bom effeyto da expedição: não falta q.m afirme que os negros hão de appor-se a desputar o sucesso fiados no numo, mas o meo descurço está firme, emq. esperando elles, ou na trincheyra, ou no Campo, serã destruhidos, pois hum Corpo de flexas não tem partido com outro q' ataca com armas de fogo, e parte da tropa cuberta de couro crú q' defende o tiro da flexa, e outra p.te armada de baonetta. Parece p.a animar os Sold.os declarar-lhes q. os negros q' fossem presos(excluídos os cabeças q. devião ser justicados) pagarião seus Senhores p.a repartir-se na tropa, doze oytavas porcada hum, alem do q. ordinariamente se paga a hum Cap.m do Matto por negro aquilombado. Como se fasia preciso q' a tropa marchásse mais de cincoenta legoas té fim de 7bro não espero certeza do effeyto da expedição: Ponho na Real presença de V. Mag.e o quanto se fez esta precizissima, pois se hia aumentando todos os dias o danno e era tanto o no de negros q. diariamente se agregávão ao quilombo, q. despesada a faíscam havia de ateár-se um grande incendio: Do q', suceder darey conta a V. Mag.e q' mandará o q' for servido. A Real pessoa de V, Mag.e q. Deos mel annel como seos leaes vassálos desejamos. Rio de Janro 8 de Ago.to de 1746. Gomes Fre de Andr^e.³⁵

O segundo documento, carta de Gomes Freire de Andrade ao rei, de 6 de outubro de 1746, fala sobre um ataque à um quilombo:

Depois de haver dado conta a V.Mag.e em 8 de Agosto do troço de gente Que formey eexpedi E a destruição dos quilombos do Campo gr.de . recebi carta do Comandante do ditto Corpo, emedá parte de haver atacado hú pequeno quilombo decento e tantos negros, q. se defenderão no palanque com resolução grande, may de vinte e quatro horas, de sorte q. foi preciso atácallos com fogo, e dár terceyro assálto pa render huma forma de trincheyra a que se recolherão depois de destruído o primeiro palanque, ficando vinte e tantos mortos, sessenta e tantos presos, e grande numo de negras, e que sahirão feridos quinze pessoas da tropa com a qual marcháva aatacar os mais quilombos de que tinha noticia: O que suceder porey na Real presença de V.Mag.e que mandará o q' for servido. A Real presença de V, Mag.e q. Deos mel annel. Rio 6 de 8bro de 1746.// Gomes Fre de Andre.³⁶

³⁵ ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Códice Seção Colonial 45, p. 64.

³⁶ *Ibid.*, p. 69.

O terceiro documento, carta de Dom Luis de Mascaranhas ao rei, de 6 de abril de 1745, tratando da existência de um quilombo no caminho de São João a Goiás, com mais de seiscentos negros armados:

Meu Amo, e meu S. Estando a passar ao Serro Frio Recebo em carta de 19 de Fevereiro a gostosissima noticia de V.Ex.a passar com saude; a minha jornada foi com a mesma felicidade, continuo a minha peregrinação annual e se Deos for servido nomes de Agosto acabarei tornando ao Rio de Janro – Herão indispensaveis as ajustadíssimas providencias que V.Ex.a tomou pa fazer enfrear a barbaridade do gentio, pois perdido o caminho gerál, mal poderia continuar o comercio às Minas de Goyaz. – Na carta junta vay a ordem pa o Gov.r da Ilha de Sancta Catarina Expedir o Cap.m e seu destacamento, e fico reclutando para mandar preencher a falta q' faz na Ilha o no que sabe - Eu tambem tenho infestado o caminho de São João a Goyaz com hu quilombo/segundo dizem/ de mais de seis centos negros armados; estou dispondo dar-lhe o devido gastigo; espero em Deos Seremos bem sucedidos. [...]

Dos G de V.Ex.cia m.na. Va Rica 6 de Abril de 1745. Ilmo e Exmo S. D. Luis Mascarenhas.³⁷

O quarto documento, carta de Gomes Freire de Andrade à Câmara de Vila Rica e das cidades de Mariana, São João del Rei, São José, Sabará e Vila Nova da Rainha, de 14 de junho de 1746, tratando da existência de um quilombo, com mais de seiscentos negros, com rei e rainha e com outros quilombos subordinados, comparando-o ao Quilombo dos Palmares:

Carta q' se expedio p^a a Camr^a desta Vila, e Cidade de Mariana, S. João de El Rey, São José, Sabará, e V^a Nova Raynha.

Como nos antecedentes annos se pos hum pequeno remedio ao danno que causavão na Com^{ca} de de S.João de El Rey, e em parte desta os negros aquilombados no grande Campo, e Serras q' há entre a Capitania, e a Com^{ca} de Goyares, não foi bastante o remedio antes creescendo o danno e operigo se despovão já as pa^{tes} mais contiguas ao d^o quilombo , ou quilombos, e sofrem ainda as mais distantes, prenciozissimos destragos q' execução estão Barbora m^{te} por mais de 600 negros q' consta estarem com Rey, e Raynha, e os quilombos a q.^m rendem obediencia, e confortaleza cautelas e petrechos tais que seentende pertendem defenderce, e concervarse, p^a. oq' tem seacreditavindo as partidas lançadas a roubar levão Lotes inteiros de negros, huns por vantes e outras sem ela, me faz entender q'passando a nossa tolerança aodiente veremos sem duvida o caso sucedido nos Palmares de Pernambuco, ou talves mais sencivel, e porq alem da minha obrigação p^a mim o seja ha m^{to} clamores dos miseraveis a q' não só os tais negros tem levados os escravos , mais insultando the suas familias, lhas roubando sem deixarlhe uma camiza: me parece dizer a V. M^{ces} tenho detreminado aplicar hu castigo q' vença o mal referido e ponha esta capitania na pax em q'sou obrig^{do} a concervala. Hé o Remedio formar comp^{as} de Cabos Capazes de quemjustam^{te} se spera

³⁷ ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Códice Seção Colonial 84. p. 75.

outro efeito q' de Capitães do mato, levando regulados Companhias, e comandantes muy capax a q'todos obedeção , mas como esse Corpo, q' se formará de 300 homens São com a ordem edeterminação não só de dar nos quilombos , mas de seguir os negros dele resistindolhe atacalos the os extinguir ou render, Mandei fazer p^a alguns mesos [?] de Campanha a cautela , cabendo da despesa indispençavel p^a q' por falta de meynos não se mal logre hua acção de q' depende o socego dos moradores destas Comarcas – e Na Lista junta verão V M^{ces} com pouca diferença o orçam^{to} q'fizerãoos mais práticos tambem a porção q' entendo devem concorrer as rendas das Camaras desta Capitania nunca mais bem empregadas , e na minha inteligencia mais conforme a Realmente de S. Mag.^e Ao Dr. Ouv^r dessa escrevo e estou Certo das conferencias q; havemos tido não só aprovará a despesa q; toca a esse Senado, mas mostrará a V.M^{ces} q^{to} precisa sejam a brevidade e o segredo nesta matéria. D.^s G^{de} a V.M^{ces}. Vila Rica 14 de junho de 1746// Gomes Freire de Andrada.³⁸

O quinto documento, carta de Gomes Freire de Andrade aos Ouvidores do Sabará e São João del Rei, de 13 de junho de 1746, tratando também sobre a destruição da confederação de quilombos do Campo Grande:

P^a os Ouvidores do Sabará, e São João de El Rey,
Os clamores dos miseraveis destruidos p^{los} negros do numerozo quilombo, ou quilombos de Campogrande, eovidente risco que a q'estão expostas as comarcas desta Capitania, memeteo na precisa resolução de lhe fazer a guerra the os extinguir, e como para q'possão subsistir as tropas q mando formar p^a. esta empresa senecessita de despesa ; escrevi a todas as Camaras as cartas q'remeto a sello volante, V. M^e estou Certo não só aprovará a despesa tão justa, precisa, e util ao serviço de S. Mag^{de}, os seus vassalos vivão em segurança e pás. D^e G.^{de} a V. M^{ce} man V.^a Rica a 13 de junho de 1746. Gomes Fr^e de Andrada.³⁹

O sexto documento, carta de Gomes Freire de Andrade ao Capitão Governador e Comandante das tropas expedidas ao Campo Grande, Antônio João de Oliveira, de 1 de junho de 1746, tratando da organização para destruição dos quilombos:

P^a o Capitão Gov^{er} e Com^{te} das tropas expedidas ao Campo grande Antônio João de Oliveira.
A grande consternação em q' os negros aquilombados no campo grande temposto estas duas comarcas, e o grande n^o de q. novam^{te} comCorre p^a os mesmos quilombos, tem feito precisa a providencia tomada de extinuir os ditos quilombos, foi a pessoa de V. M^{ce} por mim eleita, entre tantos offes capazes, p^a Com^{de} desta expedição, eem certo do seu grande valor, zello no Serv.^o de S. Mag.^{de}, e do conhecim^{to}, e

³⁸ *Ibid.*, p. 108.

³⁹ *Ibid.*, p. 109.

experiência q'tem em fazer a guerra a estes barbaros, matadores, adequirida nos antecedentes anos a custa da sua fazenda, e do meu sangue, me fas estar preçuadido de q' já terão felix efeito os meus projectos a V. M^{ce} comonicados p^a q'elles sejam conformes ao discorrido, e asentado mandei tres off^{es} de guerra as Freguezias dos Carijos, Congonhas, ouro Branco, e Prado, p^a q' deles tirassem e puzessem em marcha duzentos homens armados, e ao capitao mayor de V^a. De S. João de El Rey ordenei tirasse daq.^{la} V^a e suas vizinhanças sesenta homens armados q' acompanhacem outros sesenta q'o capitão Vicente da Costa Chaves tem imcumbencia de aprontar, e q' todos estes destacam^{tos} estivecem o dia nove de julho, no citio dos costumes adiante da ponte alta, donde dito Capitão Vicente da Costa, há de por aomesmo tempo todas as monições de guerra, e boca q' hei mandado juntar em sua caza, e dstricto - chegando V. M^{ce} no dia nove de julho ao citio dos cortumes donde, como digo hão de chegar os destacam^{tos}, depois de lhe passar mostras, as formará em comp^{as} de trinta homens e escolhidos os des Cap^{es} nomiados lhe entregará V. M^{ce} seus provimentos por mim firmados dando lhe juram^{to} de bem e fiel^{te} servirem nesta expedição a El Rey e a Patria. – Formadas as comp^{as} e as bagagens promptas, fará V. M^{ce} ler na frente das tropas o bando junto cuja observancia m^{to} lhe recomendo, e logo fará V. M^{ce} ouvidos os mais praticos marcha p^a ap^{te} destinada, pelos caminhos ou atalhos q' entender mais proprios; e como havemos discorrido ser a primeira operação o ataque ao grande quilombo V. M^{ce} com seus off^{es}, e práticos disporá a marcha e forma do ataque. Se os negros como entemdemos pe^{lo} que estão fortificados se defenderem, estou Certo se lhe fará fogo de mosquetaria e de granadas, – Rota a trincheira com machados, se se defenderem senão perdoará algú, porem advirto q' rendidos não concentrará V. M^{ce} os matem, pois ainda q' barbaros, não he justo os sejamos igualmente – Se os negros despovoarem os quilombos seguirá V. M^{ce} mandando-os matar se resistirem, e pretendo se renderem, livrando sempreo grande n^o q se diz tem de crianças de chegarem a padecer sendo inocentes. – Os negros, negras, e Crianças porq quer forma q sejam presos, V. M^{ce} os mandará tratar, fazendo-os remeter a esta V^a ao Dr ouv^{or} g^{el} p^a proceder com eles na forma do meu bando, tudo com clareza e pela sua mão me hirá dando conta do q' for obrando. – Se extinto o grande quilombo, V. M^{ce}, como entendo, continuarno ataque dos mais, obrará em todos o refferido nesta instrução, tanto na forma de fazer a guerra, como na da remeça dos prezos. (...). –Em tudo spero V. M^{ce} do seu grande zell, e a capacidade, e q' o efeito desta operação seja em conforme a expectação em q fica esta Capitania, e q' eu tenha a honra de por na Real presença de S.Mag.^{de} o destino serviço q' V. M^{ce} lhe fizer nesta ocasião. Deos o G^{de} V^a Rica o 1^o de junho de 1746. Gomes de Fr. De Andrada. ⁴⁰

O sétimo documento, carta de José Antônio Freire de Andrade para o capitão-mor de Vila de São João del Rei Manoel da Costa Gouveia , de 27 de junho de 1746, também tratando da destruição do quilombo:

P^a o Cap.^m mayor da V. de S. João de El Rey M^{el} da Costa Gouveia. Logo q. V. M^{ce} receber esta, passará aos sítios do Brumado e S^{ta} Rita, e neles e suas vizinhanças forma V. M^{ce} hu troço de secenta homens capazes, e dos mais desocupados , em q' podem entrar alguns Cap^{es}

⁴⁰ *Ibid.*, p. 109.

dos matos, e depois de alistados, e armados os encarregará, V. M^{ce} a algu q' tenha mais Capacidade odenandolhe que no dia outo do mês de julho proximo futuro se achem indefectivelme^{te} no citio dos curtumes adiante ada Ponte alta, aonde acharão o capitão Antonio João de Oliveira, cujas ordens seguirão p^a execução de huma deligencia muy importante ao serviço de S. Mag.^{de} e como V. M^{ce} serve o dito Snr. contão grande zelo espero V. M^{ce} assim o execute sem falencia, porq' de não cestar a refferida gente no citio determinado o d^o dia se seguira grande desserviço ao memso Snr. e igual devitelidade ao publico p^{lo} q he a V. M^{ce} esta deligencia por mui recomendada. Deos G^{de} a V. M^{ce} V^a Rica a 27 de julho de 1746. Gomes F^{re} de Andrade. ⁴¹

Por fim, o oitavo documento identificado no processo de tombamento, a carta de Gomes Freire de Andrade para as oito câmaras da Capitania de Minas Gerais, de 12 de fevereiro de 1757, que cita do Quilombo do Ambrósio e sua destruição:

P^a as 8 Camaras da Cap^{nias} de Minas G^{es},
O Anno passado meescreverão algumas das Camaras dessa Capitania dando-me conta, [?] se dizia vinhão os negros fogidos dar hum asalto aos brancos, e que para se evitar este inreparavel dano tinham requerido estivessem em cautela no dia as ordenanças não ouve com effeito nada, de que devemos Louvar a Deos; algumas das mesmas Camaras me requererão ser percizo darse em o Quilombo grande, junto ao do Ambrosio, que da outra vez foi destruído, p^a o que passando eu a Camara de São João de El Rey, fiz vir a minha prezença os homens praticos do lugar aonde está situado o d^o Quilombo , e sentarão que hera necessário dar-se nelle, e que seria preciso p^a expedição duzentos e cincoenta até trezentos homens; p^a a d^a deligencia achey serrem os mais capazes de se lhe encarregar Diogo Bueno da Fonseca, e Bartholomeu Bueno do Prado; para a dita Villa de S^m João fiz conduzir desta Capital quatro barriz de pólvora, e balla de sua Mag^e e munição grossa, q' se comprou; e de Villa Rica mandei as Armas q' o d^o Snr. tinha naqueles Armazens, e p^a eff^o se concluir esta dependencia senecessita do principal, q'. he o sustento dos homens que devem hir aella; e assim se faz percizo, q' v.m^{ces} executando aordem de Sua Mag^e p^a esta deligencia concorrão, não só com o que ella determina, mas também com tudo o mais que puderem, cuja ordem se acha Registrada nos livros das Camaras dessa Cap^{nia}, espero que v.m^{ce} assim o executem p^a se dar no dito Quilombo, fazendo Logo Remeter esta importancia a entregar em São João de El Rey ao Procurador da Camara, ou a pessoa que esta tiver eligido p^a receber as ditas somas, em forma que nomeyo do mez de Março se ache a dita importancia na d^a V^a p^a se comprarem os mantimentos, seentrar nos primeiros de Abril a dita deLig^{ca}. estou certo que com tão justos motivos não deyarão v.m^{ces} de fazer os mayores esforços p^a que se execute esta deligencia, em que tanto se entrega o bem comum. M.g^e avm^{lhes}
Rio 12 de fevereiro de 1757. José Antonio F^{re} de Andr^a. Snr. Juizes ordinarios, vereadores, e off^{es} da Camara de Villa Rica. ⁴²

⁴¹ *Ibid.*, p. 111.

⁴² ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Códice Seção Colonial 116, p. 98,99.

Vestígios arqueológicos

As escavações no Quilombo do Ambrósio tiveram início em 1987, motivadas pela informação registrada na publicação de Carmo Gama, segundo a qual os mortos no ataque ao quilombo teriam sido lançados no interior do fosso. Contudo, os arqueólogos não encontraram, nos locais investigados, vestígios que comprovassem tal teoria. Paralelamente, muitas pessoas também exploraram a região em busca do tesouro mencionado na lenda do tacho de ouro de Ambrósio, até onde se sabe, sem êxito.

O sítio arqueológico se localiza em área limítrofe entre o município de Ibiá e Campos Altos, estando o Morro do Espia na área de Campos Altos e o sítio arqueológico do quilombo na região de Ibiá. O morro, ponto mais elevado da paisagem, recebeu esse nome por sua função estratégica no período de existência do quilombo, quando era utilizado como local de observação, permitindo vigiar a região ao redor e prevenir ataques inimigos.

Figura 2 - Morro do Espia



Fonte: Documentos diversos e dossiê de tombamento do Quilombo do Ambrósio. Prefeitura Municipal de Ibiá/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN, Brasília, 1998.

Figura 3 - Área do antigo Quilombo em formato de ferradura, onde foram encontrados vestígios de sua ocupação



Fonte: Google Earth, acesso em 14/09/2025

O local fica a cerca de 24 km da cidade de Ibiá, sendo atingida por uma estrada de terra de 8 km de extensão, partindo do atual Povoado Quilombo do Ambrósio, situado na rodovia MG 235, o sítio arqueológico só pode ser atingido a pé, devido a existência de uma mata que bloqueia o acesso.

Cercado por um fosso com profundidade que varia de 0,6 a 4 metros e a largura de 1 a 4 metros, com a variação sendo resultado também de erosões. Há também um conjunto de buracos no terreno, de profundidade de 0,2 a 0,7 metros e largura de 1 a 4 metros, que eram os locais onde o barro para construção das casas era preparado, além disso, o terreno foi utilizado durante muito tempo como pastagem, com interferência de cupins, formigas, tatus e árvores que cresceram no local.

O interior do quilombo encontra-se coberto por vegetação de capoeira, intercalada por algumas árvores de maior porte, o que torna sua configuração pouco perceptível a olho nu. Os vestígios arqueológicos, portanto, foram identificados apenas por meio de escavações. As descrições históricas

mencionam a existência de estruturas externas ao fosso, como uma paliçada, que, contudo, não foram localizadas no local. Da mesma forma, no topo do Morro do Espia não foram encontrados vestígios materiais.

A área onde esteve o núcleo ocupacional do quilombo é formada por uma área de 1,5 hectares, circundada por um fosso em formato de ferradura, com as extremidades voltadas para o norte, nas proximidades de uma mata onde passa um pequeno córrego, que alaga o terreno no período de chuvas. A região é baixa e pouco visível, o que favorecia a defesa, próximo a fontes de água, para abastecimento e para pesca, como caso do Rio Misericórdia e de córregos, na proximidade da estrada que ligava as regiões mineradoras de Goiás e Minas Gerais, o que configurava uma área estratégica para sua formação.

Os vestígios encontrados apontam para existência do incêndio que destruiu o quilombo, devido a uma camada de grãos de carvão detectados em determinada profundidade. Fato que pode ser ligado à lenda de Carmo Gama, que diz que o quilombo foi incendiado e destruído.

Os vestígios arqueológicos encontram-se armazenados no Museu de História Natural da Universidade Federal de Minas Gerais, até que em Ibiá tenha um museu com condições de preservação adequadas para receber o material. Os objetos encontrados no Sítio Arqueológico Quilombo do Ambrósio foram os seguintes: ⁴³

- 1- Recipiente de cerâmica (barro cozido), feito à mão (não torneado), fragmentado e reconstituído, com 20 cm de diâmetro de base e com 35 cm de altura. Com estrangulamento no terço superior, onde se encontram duas alças de seção circular, em forma de “V” invertido, sem decorações.
- 2- Recipiente de cerâmica (barro cozido, não vidrado, com marcas de queima), feito à mão (não torneado), com 15 cm de diâmetro de base e com 15 cm de altura, com estrangulamento no terço superior, onde se encontra incisa uma decoração geométrica (losangos ladeados por linhas, tendo uma borda na parte inferior), borda serrilhada.

⁴³ Documentos diversos e dossiê de tombamento do Quilombo do Ambrósio. Prefeitura Municipal de Ibiá/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN, Brasília, 1998.

- 3- Três fragmentos de um mesmo recipiente de cerâmica (barro cozido, não vidrado), de forma irregular, com alça de seção circular em forma de ferradura.
- 4- Dois fragmentos de espiga de milho, com cerca de 3 cm de diâmetro e cinco de comprimento, carbonizados.
- 5- Um fragmento de espiga de milho, tendo ainda presa a ele a palha da espiga, com cerca de 3 cm de diâmetro e 15 cm de comprimento, carbonizado.
- 6- Três fragmentos de paredes de barro com marcas de dedos, de esteios e de amarração, do tipo associado a edificações feitas segundo a técnica de pau-a-pique.

Figura 4 - Blocos de barro provenientes de parede de pau-a-pique com marcas de dedo e de madeira



Fonte: Fotografia de Livia Campbell F. Coutinho (Centro Especializado de Arqueologia Histórica do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG), imagem cedida por Carlos Magno Guimarães.

Figura 5 - Blocos de barro provenientes de parede de pau-a-pique com marcas de dedo e de madeira.



Fonte: Fotografia de Livia Campbell F. Coutinho (Centro Especializado de Arqueologia Histórica do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG), imagem cedida por Carlos Magno Guimarães.

Figura 6 - Recipiente cerâmico com decoração que remete ao Cosmograma Bakongo.



Fonte: Fotografia de Livia Campbell F. Coutinho (Centro Especializado de Arqueologia Histórica do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG), imagem cedida por Carlos Magno Guimarães.

Figura 7 - Recipiente cerâmico com decoração que remete ao Cosmograma Bakongo.



Fonte: Fotografia de Livia Campbell F. Coutinho (Centro Especializado de Arqueologia Histórica do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG), imagem cedida por Carlos Magno Guimarães.

Figura 8 - Fragmentos de espigas de milho carbonizadas.



Fonte: Fotografia de Livia Campbell F. Coutinho (Centro Especializado de Arqueologia Histórica do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG), imagem cedida por Carlos Magno Guimarães.

Figura 9 - Fragmento de madeira carbonizada.



Fonte: Fotografia de Livia Campbell F. Coutinho (Centro Especializado de Arqueologia Histórica do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG), imagem cedida por Carlos Magno Guimarães.

Figura 10 - Fragmentos de espiga de milho carbonizada com vestígios de palha.



Fonte: Fotografia de Livia Campbell F. Coutinho (Centro Especializado de Arqueologia Histórica do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG), imagem cedida por Carlos Magno Guimarães.

Figura 11 - Recipientes de cerâmica com alça.



Fonte: Fotografia de Carlos Magno Guimarães (Centro Especializado de Arqueologia Histórica do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG).

Figura 12 - Recipientes de cerâmica com alça.



Fonte: Fotografia de Carlos Magno Guimarães (Centro Especializado de Arqueologia Histórica do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG).

Segundo Carlos Magno Guimarães, arqueólogo responsável pela pesquisa, o recipiente nº 1 se encontra associado as espigas de milho do tipo citado nos números 4 e 5, além de fava de leguminosa (possivelmente feijão). Os fragmentos de recipientes cerâmicos encontrados associados a restos alimentares, revelam seu caráter utilitário doméstico e cotidiano.

Os blocos de terra encontrados evidenciam a utilização da técnica construtiva de casas de pau-a-pique, prática que ainda hoje se mantém entre populações rurais. Esses blocos fornecem importantes informações: apresentam marcas de dedos dos quilombolas que os moldaram, confirmando o uso das mãos como instrumentos; revelam um processo de alisamento do piso distinto daquele empregado nas paredes de barro; indicam a existência de espaços com funções diferenciadas pois a maioria dos vestígios alimentares se concentrava em uma área específica. Não foram encontrados vestígios de telhas, o que pode indicar a utilização de folhas como as de palmeiras, presentes na região, como cobertura das habitações.

Entre os vestígios de vegetais identificados encontram-se feijão, milho, mamona, capitão-do-campo, mandioca e café, alguns dos quais possivelmente utilizados também para fins medicinais. A presença dessa diversidade de espécies em uma única habitação sugere não apenas a existência de um regime alimentar relativamente variado, mas também um conhecimento amplo acerca do manejo da terra e do aproveitamento dos recursos disponíveis. Tal variedade pode indicar práticas agrícolas intencionais, voltadas tanto para a subsistência quanto para a preservação da saúde, revelando aspectos significativos da organização cotidiana e do saber tradicional presente na comunidade quilombola.

Embora não integre formalmente o processo de tombamento, o Museu Municipal da cidade de Ibiá guarda em seu acervo um grilhão encontrado em uma estrada rural da região do quilombo. Mais do que um simples artefato, trata-se de um testemunho da violência da escravidão e, ao mesmo tempo, de um símbolo da resistência que ali se ergueu, mantendo viva a memória daqueles que lutaram por liberdade.

Figura 13 - Grilhão encontrado em estrada rural da região do Quilombo do Ambrósio em Ibiá-MG



Fonte: Fotografia de arquivo pessoal, feita em janeiro de 2025, em visita ao Museu Municipal de Ibiá-MG

Capítulo 3 – Desenvolvimento de atividade na Escola Municipal Quilombo do Ambrósio de Ibiá-MG

O desenvolvimento de um recurso pedagógico, fundamentado nos resultados desta pesquisa e desenvolvido com linguagem acessível e abordagem crítica, direcionado a estudantes da educação básica, constituiu um dos principais objetivos desse trabalho. A análise dos resultados obtidos, enriquecida pelo depoimento de uma moradora da comunidade — que também é historiadora e colaborou ativamente no processo de mediação —, possibilita avaliar o impacto do material no processo de ensino-aprendizagem, bem como sua contribuição para a valorização das origens históricas locais e para a promoção de uma educação antirracista. Ressalta-se que a discussão sobre a temática é muito mais profunda e complexa; contudo, a atividade propõe um ponto de partida para o debate e a reflexão crítica sobre o tema.

A atuação do movimento negro no Brasil foi fundamental para a conquista de avanços significativos na luta por direitos e igualdade, entre os quais se destaca a Lei nº 10.639/2003 ⁴⁴, que instituiu a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira nas escolas, fato que embasa a aplicação deste material.

A atividade foi desenvolvida na Escola Municipal Quilombo do Ambrósio, localizada no Povoado Quilombo do Ambrósio, no município de Ibiá, em Minas Gerais, em área próxima ao Sítio Arqueológico Quilombo do Ambrósio, objeto central desta pesquisa. O material paradidático desenvolvido teve como propósito promover uma reflexão acerca das questões raciais no Brasil, evidenciando como o racismo se estruturou em nossa sociedade, além de apresentar informações sobre o sítio arqueológico, um marco histórico de grande relevância para a região.

⁴⁴ Posteriormente ampliada pela Lei nº 11.645/2008 que incluiu também o ensino da história e cultura dos povos indígenas.

Figura 14 - Povoado Quilombo do Ambrósio, Ibiá-MG



Fonte: Google Earth. Acessado em 02/09/2025.

Apesar de o atual povoado Quilombo do Ambrósio de Ibiá não ter uma ligação direta com o antigo Quilombo do Ambrósio formado no contexto da escravidão, a tradição oral e os marcos geográficos consagraram historicamente o local como quilombo, atualmente caracterizada como uma comunidade rural marcada pela origem histórica local, mas que busca, principalmente nos últimos anos, em um movimento organizado pelos próprios moradores, valorizar essa importante parte de nossa história.

A efetiva aplicação da Lei nº 10.639/2003 nas escolas enfrenta inúmeros desafios, entre os quais se destaca a persistência de narrativas racistas construídas ao longo da história sobre o povo negro, inclusive no âmbito educacional. Soma-se a isso a influência do fundamentalismo religioso, que muitas vezes desqualifica e antagoniza saberes oriundos da África e das religiões de matriz africana. Além desses obstáculos, o racismo institucional presente no ambiente escolar manifesta-se tanto por meio de violências explícitas quanto pelo silenciamento e pela omissão diante de situações de discriminação racial.

Não devemos ter medo de falar sobre racismo! Ele não é um problema que desaparecerá se deixarmos de falar nele, pelo contrário, ele se fortalece nos silenciamentos. No âmbito da educação e da família, seja como pais ou como professores, muitas vezes acreditamos estar protegendo as crianças ao evitar o tema. Contudo, esse é um equívoco grave. É fundamental falar sobre o racismo,

ensinar a reconhecê-lo e a combatê-lo. E essa não é uma responsabilidade exclusiva da população negra, mas um compromisso de toda a sociedade.

(...) Não há maneira, portanto, de protegê-las por meio da manutenção do silêncio. Pelo contrário, é necessário ajudá-las a reconhecer, nomear, enfrentar essa e outras formas de violência aos quais estão sujeitas. E, paralelamente, é preciso que as crianças tenham acesso a referenciais positivos, de afirmação e elevação de seus valores relacionados à negritude, de forma que possam fortalecer sua autoestima, desnaturalizando estereótipos racistas, sempre violentadores.⁴⁵

Essa proposta antirracista de educação, se fortaleceu, a partir do momento em que pessoas negras puderam escrever sobre a própria história, sendo graças a essa produção intelectual que este trabalho se tornou possível.

No campo acadêmico, a ampliação do ingresso de estudantes negros e negras nas instituições de ensino superior, propiciada pelas políticas de acesso fortaleceu e revigorou o debate sobre raça e gênero. Um novo perfil de alunos passou a ocupar os bancos e a cena das universidades, produzindo muito mais do que uma diversidade social e racial no corpo discente. As agendas de pesquisa estão sendo redefinidas pelas inquietações políticas e pelas trajetórias de público jovem e negro oriundo de escolas públicas e o advento e ampliação das redes vêm propiciando um espaço no debate público que tem sido ocupado por jovens feministas negras orientadas por pautas que envolvem não apenas raça, classe e gênero, mas também sexualidade, território, política e outras dimensões organizadoras das desigualdades sociais.⁴⁶

O desenvolvimento da atividade na Escola Municipal Quilombo do Ambrósio ocorreu no dia 7 de agosto de 2025, contando com o apoio da Secretaria de Cultura de Ibiá e com a mediação fundamental da professora e historiadora Victória Afonso de Castro. Para a ocasião, foram impressos 30 exemplares do material em formato de revista, acompanhados de *kits* com uma caixa de lápis de cor, destinados aos alunos para a realização das atividades propostas. Participaram da atividade estudantes do Ensino Fundamental II, do sexto ao nono ano. A dinâmica incluiu uma roda de conversa, na qual foi realizada a leitura da revista em uma dinâmica de diálogo e reflexão coletiva.

⁴⁵ ALVES BRITO, A.; COSTA, A. G. N.; et al. Construindo uma Educação Antirracista: reflexões, afetos e experiências. Uberlândia- MG. Editora CRV.2023. p.27.

⁴⁶ GONZALEZ, *op.cit.*, p.14,15.

Figura 15 - Exemplar do kit montado para atividade



Fonte: Arquivo pessoal, fotografia tirada em 06 de agosto de 2025

Figura 16 - Roda de conversa e desenvolvimento da atividade na Escola Municipal Quilombo do Ambrósio de Ibiá-MG



Fonte: Arquivo pessoal, fotografia feita em 07 de agosto de 2025

Apesar da presença do racismo estrutural em nossa sociedade e das manifestações que, por muitas vezes, ocorrem de maneira quase explícita, sem sequer buscar disfarce — sobretudo em cidades pequenas e interioranas —, bem como do distanciamento da comunidade em relação às suas origens históricas, os resultados obtidos com a aplicação do material mostraram-se significativamente positivos. Observou-se o despertar de uma consciência crítica dos estudantes sobre o tema, expressa em posicionamentos que enriqueceram o debate e fortaleceram a reflexão coletiva.

Os alunos compartilharam relatos de situações em que sofreram racismo, pela textura de seus cabelos e pela cor de sua pele. Apontaram, ainda, a ausência de representatividade negra na mídia e mencionaram casos de racismo sofridos por jogadores de futebol. Demonstraram também não concordar com o mito da democracia racial, trazendo reflexões que ultrapassaram o espaço da sala de aula. Um dos estudantes observou que, após a abolição, “os libertos foram deixados apenas com a roupa do corpo”; evidenciando a falta de projetos e de reparação para a população negra, outro destacou que, nas fazendas, a maioria dos trabalhadores braçais é composta por pessoas negras.

O estudo sobre o Sítio Arqueológico Quilombo do Ambrósio e sobre as fontes utilizadas em seu processo de tombamento revelou-se de grande relevância informativa, sobretudo por tratar de aspectos ainda pouco explorados no cotidiano escolar e social. Tais informações possuem um enorme potencial não apenas para o resgate e valorização da importante história local da região, mas também para o desenvolvimento de práticas educativas que envolvam o uso de fontes documentais, pesquisas em arquivos, estudos arqueológicos e análises históricas mais amplas. Dessa forma, o tema mostra-se fértil para a articulação entre a História e a realidade concreta do aluno, permitindo que o conhecimento histórico ultrapasse os limites da teoria e se manifeste em seu cotidiano, em suas vivências e em sua própria compreensão de mundo.

O tempo de duas horas destinado à roda de conversa na escola mostrou-se insuficiente diante das inúmeras possibilidades de reflexão que surgiram ao longo do debate. Os estudantes revelaram um domínio considerável sobre a questão racial no Brasil, articulando argumentos consistentes e trazendo exemplos do cotidiano que enriqueceram a discussão. Essa participação ativa não apenas evidenciou a relevância do tema, mas também demonstrou a

urgência de ampliar e fortalecer espaços de diálogo que permitam o aprofundamento dessas discussões, contribuindo para a construção de uma consciência crítica cada vez mais sólida e transformadora na luta contra o racismo.

Esse resultado revelou-se como fruto de um trabalho significativo que vem sendo desenvolvido na comunidade escolar local, sendo a professora Victória, identificada nessa pesquisa como um dos personagens centrais nesse processo, que tem provocado mudanças não apenas no campo educacional, mas também contribuindo para o fortalecimento da comunidade como um todo.

Em 2024, ao lecionar na escola, ela já iniciou sua prática pedagógica orientada pela perspectiva da educação antirracista. Para isso, utilizou filmes, textos e personagens negros, promovendo reflexões sobre representatividade. Relatou, ainda, a realização de uma dinâmica bastante enriquecedora em parceria com a professora de Língua Portuguesa, Patrícia Cordeiro, no âmbito de um projeto intitulado *As raízes africanas*. A atividade consistia em perguntar aos estudantes o que era a África, antes mesmo de apresentar qualquer explicação. As respostas, em sua maioria, reproduziam estereótipos negativos: pobreza, fome e doenças. Em seguida, as professoras mostraram a África em sua verdadeira dimensão, desde a antiguidade, evidenciando sua riqueza histórica, cultural e sua importância fundamental na formação da sociedade brasileira. O impacto foi notável: ao serem novamente questionados sobre o que era a África, os alunos passaram a responder com palavras como: reinos, ouro e diversidade, revelando uma transformação de olhar diante de sua própria história.

A professora relata, ainda, que um dos principais desafios na implementação da educação antirracista e da Lei nº 10.639/2003 ocorre no próprio ambiente escolar, quando alguns profissionais não se alinham às metodologias antirracistas, omitem-se diante de situações de racismo ou, em casos mais graves, propagam tais pensamentos. Esse cenário evidencia a necessidade de uma fiscalização mais efetiva quanto à aplicação da lei, uma vez que o racismo não apenas se manifesta entre os alunos, mas, muitas vezes, é reforçado pelos próprios profissionais da educação, agravando o problema.

Da mesma forma, na sua colaboração no desenvolvimento da atividade proposta neste trabalho, a professora Victória se mostrou incisiva, demonstrando

o poder transformador que o sujeito histórico possui para modificar a realidade ao seu redor. Sua proatividade se estende também às questões da comunidade, da qual é moradora e na qual se tornou uma representante dos interesses coletivos. No início de 2022, a professora Victória, em conjunto com colegas engajados na valorização da comunidade, fundou a AMAQ (Associação de Moradores e Amigos do Quilombo), com o objetivo de atender às demandas da população local, promover conhecimento e fortalecer laços de solidariedade entre os moradores. A partir dessa união, foi criada recentemente a Feira do Produtor no quilombo, iniciativa que permite aos moradores comercializar suas produções, dinamizar a economia local e aumentar a visibilidade do quilombo, bem como da história da região. Tal ação é especialmente relevante, considerando que muitas pessoas que transitam ou residem na região desconhecem a história de sua origem e a importância do povo negro na sua formação.

Outro fato recente que evidencia o movimento em prol da valorização da história do Quilombo do Ambrósio na região foi a homenagem realizada no desfile cívico da cidade de Ibiá, em 7 de setembro de 2025, cujo tema central foi justamente o Quilombo do Ambrósio. O evento conferiu visibilidade a importantes aspectos da história do povo negro, bem como às próprias pessoas negras da comunidade local atual, reafirmando sua importância para a sociedade. Considerando que, por longos anos, essa história foi desvalorizada e apagada, essa visibilidade é um marco histórico de grande significado a nível local e nacional e um passo à frente no longo caminho da luta contra o racismo.

Figura 17 - Desfile cívico: Representação da importância da África para a história do Brasil, com a árvore africana baobá, mapa da África e máscaras africanas



Fonte: Arquivo pessoal, fotografia feita no dia 07 de setembro de 2025, no desfile cívico de Ibiá em homenagem ao Quilombo do Ambrósio.

Figura 18 - Desfile cívico: Homenagem a pessoas negras da comunidade de Ibiá representadas nas fotografias



Fonte: Arquivo pessoal, fotografia feita no dia 07 de setembro de 2025, no desfile cívico de Ibiá em homenagem ao Quilombo do Ambrósio.

Figura 19 - Desfile cívico: Personalidades negras de Ibiá do campo da arte, ciência, educação e esporte



Fonte: Arquivo pessoal, fotografia feita no dia 07 de setembro de 2025, no desfile cívico de Ibiá em homenagem ao Quilombo do Ambrósio.

Figura 20 - Desfile cívico: Representação da habitação dos quilombolas, ao fundo o Morro do Espia



Fonte: Arquivo pessoal, fotografia feita no dia 07 de setembro de 2025, no desfile cívico de Ibiá em homenagem ao Quilombo do Ambrósio.

Figura 21 - Desfile cívico: Representação de Ambrósio e seu tesouro



Fonte: Arquivo pessoal, fotografia feita no dia 07 de setembro de 2025, no desfile cívico de Ibiá em homenagem ao Quilombo do Ambrósio.

Figura 22 - Desfile cívico: Representação do decreto de tombamento municipal e federal do Sítio Arqueológico Quilombo do Ambrósio



Fonte: Arquivo pessoal, fotografia feita no dia 07 de setembro de 2025, no desfile cívico de Ibiá em homenagem ao Quilombo do Ambrósio.

Considerações Finais

A partir desta pesquisa, é possível concluir que o reconhecimento e a valorização da história do Quilombo do Ambrósio representam não apenas a preservação de um patrimônio histórico e cultural, mas também uma ferramenta significativa para o fortalecimento da educação antirracista no Brasil e na valorização da cultura negra. O estudo evidenciou como o racismo estrutural, profundamente enraizado em nossa sociedade, perpetua desigualdades que se refletem na vida cotidiana da população negra, reforçando a necessidade de desconstruir narrativas eurocêntricas racistas e de promover o protagonismo histórico do povo negro.

O desenvolvimento do material paradidático criado a partir desta pesquisa demonstrou impactos positivos na formação de uma consciência crítica entre os estudantes, mostrando que a educação antirracista, aliada à valorização das origens históricas locais, pode transformar perspectivas, fortalecer identidades e empoderar a comunidade. Ademais, destaca-se o papel central de moradores engajados, como a professora e historiadora Victória Afonso de Castro, que, por meio de suas ações, contribuem significativamente para manter viva a memória do quilombo e incentivar a resistência cultural e histórica. Assim, este trabalho reforça que o conhecimento sobre a história dos quilombos e a valorização da cultura negra constituem instrumentos fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa, plural e consciente de sua própria diversidade, reconhecendo a importância da participação do povo negro na formação da nação brasileira.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. de. **Quilombolas e novas etnias**. Manaus: UEA, 2011.

ALVES BRITO, A.; COSTA, A. G. N.; et al. **Construindo uma Educação Antirracista: reflexões, afetos e experiências**. Uberlândia- MG. Editora CRV.2023.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. **Código Seção Colonial** 45,84 e 116.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.DF: Presidência da República, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASILEIRO, J. & SANTOS, V. H. dos. **História, direito e gestão de políticas públicas: saberes tradicionais das comunidades quilombolas em Minas Gerais – Brasil**. Revista Direitos Culturais, 15(37), 2020.

CARDOSO, Juliana de Souza; GUIMARAES, Carlos Magno. **Arqueologia de Quilombos: arquitetura, alimentação e arte (Minas Gerais)**. Documentos diversos e dossiê de tombamento do Quilombo do Ambrósio. Prefeitura Municipal de Ibiá/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN, Brasília, 1998.

CONSELHO ULTRAMARINO, 1740 apud. ALMEIDA, A. W. B. de. **Quilombolas e novas etnias**. Manaus: UEA, 2011.

CUNHA JUNIOR, Henrique Antunes. **Quilombo: patrimônio histórico e cultural**. Revista Espaço Acadêmico (UEM), v. 129, 2012.

Documentos diversos e dossiê de tombamento do Quilombo do Ambrósio. Prefeitura Municipal de Ibiá/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN, Brasília, 1998.

GAMA, Carmo. **Quilombolas – Lenda Mineira Inédita**. Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, p.827-866, 1904.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaio, Intervenções e Diálogos**.Rio Janeiro: Zahar.2020.

GUIMARÃES, Carlos Magno; LANNA, Ana Lúcia Duarte. **Arqueologia de Quilombos em Minas Gerais**. Pesquisas: Antropologia. São Leopoldo, n.31, p. 147-64. 1980.

GUIMARÃES, Carlos Magno. **O Quilombo do Ambrósio: Lenda, Documentos e Arqueologia**. Estudos Ibero-Americanos. N.21(1,2). Porto Alegre: PUCRS. 1990.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PNAD Contínua - **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: características gerais dos domicílios e dos moradores, 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. **Escravidão no Brasil: Ensaio Histórico-jurídico-social**. Parte 3: Africanos. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1867.

MARTINS, Tarcísio José. **Quilombo do Ambrósio – Onde ficava?**. MGquilombo. 1999.

MARTINS, Tarcísio José. Quilombo do Campo Grande: **A História de Minas que se devolve ao povo**. Contagem, MG: Editora Santa Clara, 2008.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MOURA, Carlos. **Quilombos: resistência ao escravismo**. São Paulo. Ática, 1985.

MOURA, Clóvis. **Rebelião na senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

MUNANGA, Kabengele. **Algumas considerações sobre "raça", ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos**. Revista USP, São Paulo, n.68, p.56, dezembro/fevereiro 2005/2006.

MUNANGA, Kabengele. Apresentação. In: FÉLIX, R. **Volta miúda: quilombo, memória e emancipação**. Ilhéus, BA: Editus, 2020, pp. 19-20.

NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo**. 2º ed. Fundação Palmares. Brasília/Rio de Janeiro. 2002.

SANTOS, Vanilda Honória dos. **Os Remanescentes do Quilombo de Ambrósio em Minas Gerais: o direito à memória e ao território das famílias Teodoro de Oliveira e Ventura (séculos XVIII-XXI)**. Revista Alpha, Patos de Minas, 19(2):14-32, ago./dez. 2018.

SOARES, Elza. JORGE et al. A **CARNE**., In: Do Cócix até o Pescoço. Som livre. 2002.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, L.; TRECCANI, G. **Terras de Quilombo**. In: LARANJEIRA, Raimundo (coord.). *Direito Agrário Brasileiro*. São Paulo: LTR, 2000.

BRASILEIRO, Jeremias Brasileiro. **Rei Ambrósio de Minas Gerais e o ofuscamento da história e da memória de um líder quilombola**. *Temporalidades*, Belo Horizonte, v. 9, n. 3, p. 59–72, 2018.

BRASILEIRO, Jeremias; SANTOS, Vanilda Honória dos. **História e Direito: Quilombolas, Congadas e Cultura Afro-Brasileira no Alto Paranaíba - Minas Gerais**. 1. ed. Vol. 1. – Editora: Subsolo. Uberlândia, 2018.

FIABANI, Adelmir. **O quilombo antigo e o quilombo contemporâneo: verdades e construções**. In: XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, São Leopoldo, 2007.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Instituto Kuanza/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

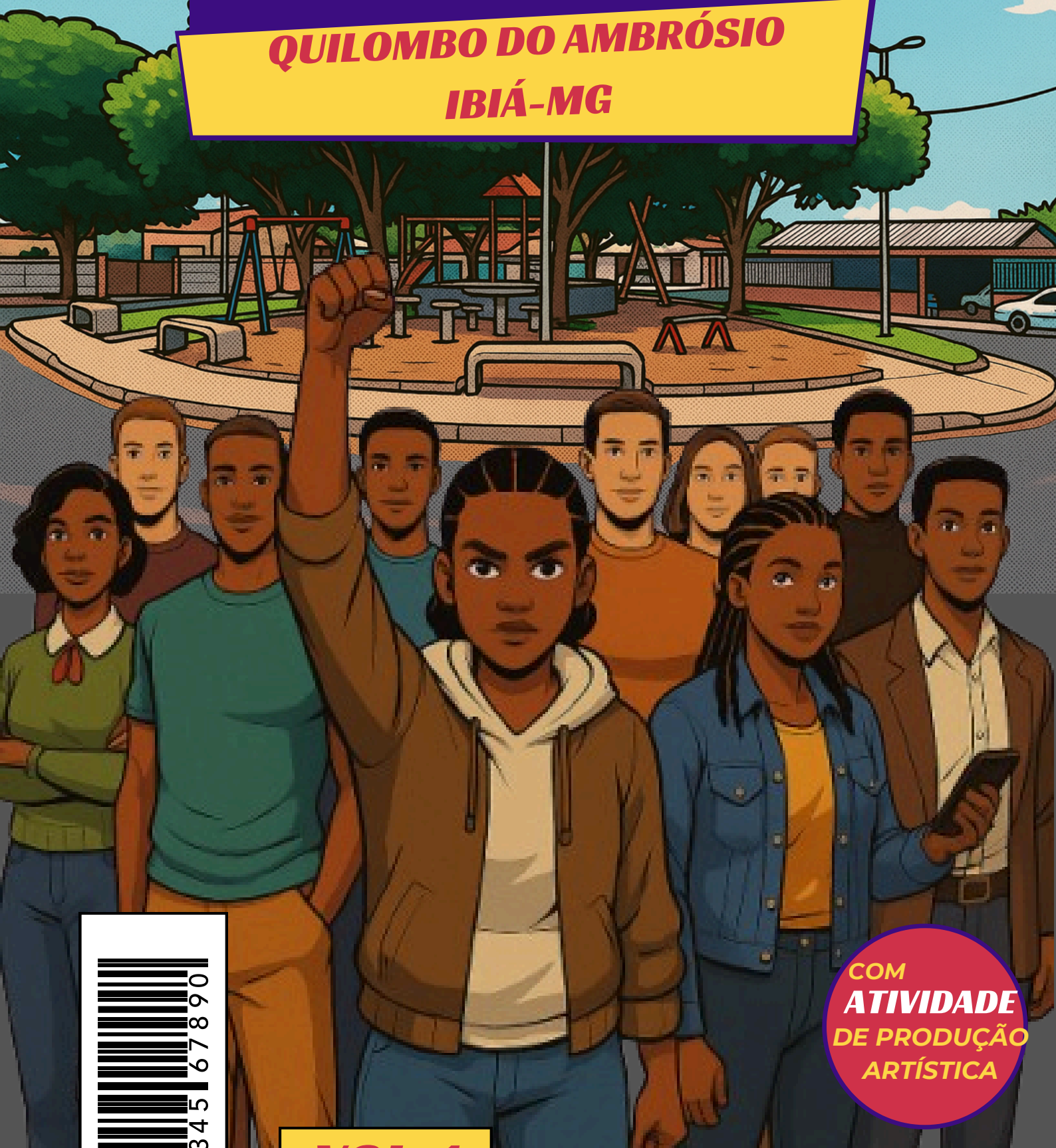
RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, Sônia Márcia dos. **A Temática Quilombola em Sala de Aula: Aprendendo História do Brasil com as postagens da Comunidade Paiol da Telha**. Dissertação (Mestrado) – ProfHistória, Universidade Federal de Maringá, 2020.

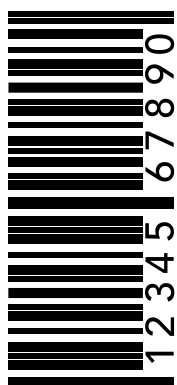
APÊNDICE

CONHECENDO NOSSA HISTÓRIA E CONSTRUINDO UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

**QUILOMBO DO AMBRÓSIO
IBIÁ-MG**



**COM
ATIVIDADE
DE PRODUÇÃO
ARTÍSTICA**



VOL. 1

2025

**BRUNA PRISCILA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

Apresentação:

Esta cartilha foi elaborada no ano de 2025, como parte do trabalho de conclusão de curso de História na Universidade Federal de Uberlândia, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Ivete Batista da Silva Almeida. Seu objetivo é oferecer um material paradidático destinado à educação básica, explorando temáticas das relações raciais que atravessam todas as esferas de nossa sociedade. Ela apresenta informações sobre o Sítio Arqueológico Quilombo do Ambrósio de Ibiá, em Minas Gerais, um local de extrema relevância histórica e símbolo da resistência negra contra o sistema escravista. Além disso, contextualiza de maneira breve a história da resistência negra no Brasil, destacando pontos essenciais para a compreensão da sociedade atual e para a construção de uma educação antirracista. Ressalta-se que a discussão acerca do assunto é muito mais profunda e complexa; contudo, este material propõe um ponto de partida para o debate e a reflexão sobre o tema.

Habilidades desenvolvidas:

(EF07HI15) Discutir o conceito de escravidão moderna e suas distinções em relação ao escravismo antigo e à servidão medieval.

(EF07HI16) Analisar os mecanismos e as dinâmicas de comércio de escravizados em suas diferentes fases, identificando os agentes responsáveis pelo tráfico e as regiões e zonas africanas de procedência dos escravizados.

(EF08HI14) Discutir a noção da tutela dos grupos indígenas e a participação dos negros na sociedade brasileira do final do período colonial, identificando permanências na forma de preconceitos, estereótipos e violências sobre as populações indígenas e negras no Brasil e nas Américas.

(EF08HI19) Formular questionamentos sobre o legado da escravidão nas Américas, com base na seleção e consulta de fontes de diferentes naturezas.

(EF08HI20) Identificar e relacionar aspectos das estruturas sociais da atualidade com os legados da escravidão no Brasil e discutir a importância de ações afirmativas.

(EF08HI27) Identificar as tensões e os significados dos discursos civilizatórios, avaliando seus impactos negativos para os povos indígenas originários e as populações negras nas Américas.

(EF09HI03) Identificar os mecanismos de inserção dos negros na sociedade brasileira pós-abolição e avaliar os seus resultados.

(EF09HI04) Discutir a importância da participação da população negra na formação econômica, política e social do Brasil.

(EF09HI08) Identificar as transformações ocorridas no debate sobre as questões da diversidade no Brasil durante o século XX e compreender o significado das mudanças de abordagem em relação ao tema.

(EF09HI09) Relacionar as conquistas de direitos políticos, sociais e civis à atuação de movimentos sociais.

(EF09HI26) Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas.

(EF09HI36) Identificar e discutir as diversidades identitárias e seus significados históricos no início do século XXI, combatendo qualquer forma de preconceito e violência.

10 PONTOS ESSENCIAIS PARA ENTENDER A QUESTÃO RACIAL NO BRASIL

Para compreender a questão racial no Brasil, é importante reconhecer que, ao longo de nossa história pós-colonial, a população negra e indígena acumulou desvantagens que dificultaram a conquista e exercício de direitos em condições de igualdade com os grupos brancos. Nesse processo, as manifestações culturais desses povos racializados foram frequentemente discriminadas, reforçando preconceitos, desigualdades e a marginalização. Nossa história foi profundamente marcada pela **escravidão**, estabelecida no Brasil por volta da década de 1530, durante o processo de colonização da América Portuguesa, primeiramente contra os povos originários e posteriormente contra os povos africanos. A escravidão caracterizou-se como um regime de trabalho forçado no qual milhões de pessoas trazidas da África e seus descendentes, foram destituídos de suas origens, privados de liberdade, cerceados em suas culturas e costumes e inseridos em um regime de hierarquização marcado pela cor, que se reflete até os dias atuais.

Em 525 anos de história pós-colonização no Brasil, vivemos mais da metade em regime de escravidão e o restante em uma luta contínua por igualdade!

1) Não devemos ter medo de falar sobre racismo!

O primeiro passo para enfrentá-lo é reconhecer que ele existe, não somente como uma cicatriz de nosso passado escravista mas como uma ferida aberta em nossa sociedade atual. Quando nos silenciemos diante do racismo, contribuimos para sua perpetuação!



2) Entender: Raça e Racismo

Raça é um conceito construído socialmente que diferencia e hierarquiza grupos humanos com base em características físicas, como a cor da pele. No entanto, biologicamente, essas características são apenas variações dentro de uma mesma espécie, ou seja, cientificamente não existem raças humanas superiores ou inferiores.

O Racismo é um sistema de preconceito, discriminação e exclusão baseado na ideia de que existe uma hierarquia entre as raças, na qual o branco é o padrão e sinônimo do bom e do belo e o negro é considerado o oposto. Por causa disso, pessoas negras não conseguem usufruir de seus direitos humanos e liberdades fundamentais em condição de igualdade com grupos brancos; muitas pessoas não têm acesso à educação, emprego, moradia, saúde, entre tantos outros direitos, sendo o racismo, portanto, causa de desigualdades sociais.

3) Formação do povo brasileiro

A formação do povo brasileiro é resultado do processo de miscigenação, principalmente de povos indígenas, europeus e africanos. Por isso somos um povo tão diverso, temos cores de pele, texturas de cabelo, formatos de boca, nariz e olhos diferentes.

COMO PESSOAS ANTIRRACISTAS, APESAR DE ACREDITAR QUE SOMOS TODOS IGUAIS, INDEPENDENTE DA COR DE NOSSA PELE, DEVEMOS COMPREENDER QUE SOCIALMENTE NÃO SOMOS TRATADOS DA MESMA FORMA. RECONHECER A REALIDADE DESSAS RELAÇÕES É PRIMORDIAL PARA O COMBATE AO RACISMO!

4) Mito da Democracia Racial

A miscigenação ocorrida no Brasil foi frequentemente utilizada para sustentar uma narrativa distorcida sobre as relações raciais no país, como se estas tivessem se desenvolvido de forma mais branda e harmoniosa, em razão da ausência de regimes de segregação racial explícita, como o Apartheid. No entanto, isso não significa que tais relações tenham se estabelecido de maneira cordial ou pacífica, uma vez que a discriminação racial se manifesta de maneira estrutural em toda a sociedade.



5) Resistência

Um mito que devemos desconstruir é o de que os escravizados eram submissos e aceitavam passivamente a escravidão. Na realidade, os escravizados sempre buscaram e desenvolveram diversas formas de resistência à situação em que foram lançados, como rebeliões, fugas, modos de comunicação e transmissão de conhecimentos, além da formação de inúmeros quilombos. Entre os mais conhecidos e emblemáticos estão o Quilombo dos Palmares, localizado na Serra da Barriga, em Alagoas, e o Quilombo do Ambrósio, em Minas Gerais, na região de Ibiá, a segunda povoação deste quilombo, cujo sítio arqueológico foi tombado como patrimônio histórico pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 2002. É importante lembrar que os quilombos se formaram como forma de resistência ao sistema escravista vigente e, por isso, foram duramente perseguidos. Essa forma de resistência sofreu muitos apagamentos, sendo a cultura oral e documentações atacadas ou destruídas. Portanto, trata-se de uma historiografia complexa e com muitas lacunas.

Quilombo do Ambrósio - Ibiá/MG

Em meados do século XVIII, no período de exploração do ouro de Minas Gerais, com uso de mão de obra escravizada, surgiram diversos quilombos na região, sendo o maior destes o Quilombo do Ambrósio, que teve uma de suas sedes, na região de Ibiá - Minas Gerais, atacada e destruída em um incêndio, a mando da Coroa Portuguesa. O Sítio Arqueológico Quilombo do Ambrósio está localizado na Fazenda Quilombo do Ambrósio, a aproximadamente 24 km da cidade de Ibiá-MG e a 8 km da Comunidade Quilombo do Ambrósio. O local onde esteve o núcleo ocupacional do quilombo, uma área de 1,5 hectares, é cercada por um fosso em formato de ferradura. Próximo a uma mata com fontes de água, em uma região baixa e pouco visível, com terreno plano, propício para a agricultura. Além disso, está localizado próximo às estradas que ligavam as regiões mineradoras de Goiás e Minas Gerais. Com um morro conhecido como Morro do Espia, de onde era possível ter uma visão ampla para vigiar todo o entorno, configurando-se assim um local com condições ideais para a formação de um quilombo.

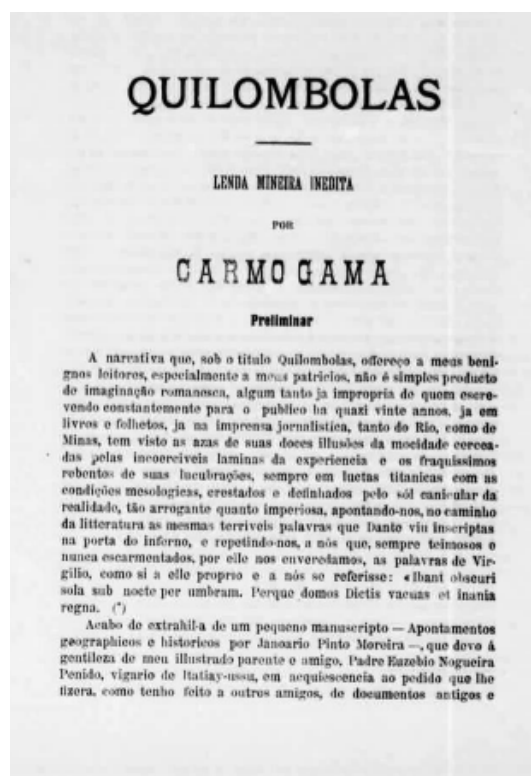
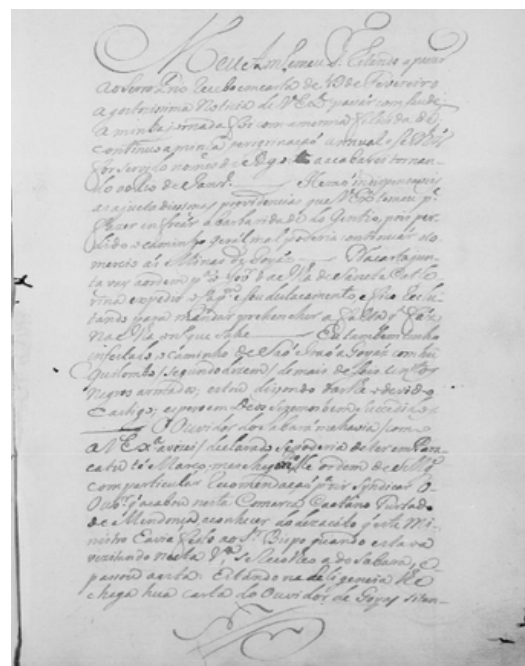
Para comprovar a existência do quilombo e fundamentar o tombamento como patrimônio histórico pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), com base na aplicação do parágrafo 5º do artigo 216 da Constituição Federal de 1988, onde se lê: “Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos”, foram utilizados:

Documentos identificados na seção colonial que citam a existência do quilombo:

- Carta de Gomes Freire de Andrade ao rei, de 8 de agosto de 1746;
- Carta de Gomes Freire de Andrade ao rei, de 6 de outubro de 1746;
- Carta de Dom Luis de Mascaranhas ao rei, de 6 de abril de 1745;
- Carta de Gomes Freire de Andrade à Câmara de Vila Rica e das cidades de Mariana, São João del Rei, São José, Sabará e Vila Nova da Rainha, de 14 de junho de 1746;
- Carta de Gomes Freire de Andrade aos Ouvidores do Sabará e São João del Rei, de 13 de junho de 1746;
- Carta de Gomes Freire de Andrade ao Capitão Governador e Comandante das tropas expedidas ao Campo Grande, Antônio João de Oliveira, de 1 de junho de 1746;
- Carta de José Antônio Freire de Andrade para o capitão-mor de Vila de São João del Rei, Manoel da Costa Gouveia, em 27 de junho de 1746;
- Carta de Gomes Freire de Andrade para as oito câmaras da Capitania de Minas Gerais, de 12 de fevereiro de 1757.

A lenda “Quilombolas - Lenda Mineira Inédita”:

Escrita por José Joaquim do Carmo Gama no final do século XIX e publicada em 1904 na Revista do Arquivo Público Mineiro, descreve uma história sobre Quilombo do Ambrósio com referências à sua localidade e a existência do tesouro escondido de Ambrósio.



Vestígios arqueológicos encontrados no Sítio Arqueológico Quilombo do Ambrósio:

- Recipiente de cerâmica (barro cozido), feito à mão (não torneado), fragmentado e reconstituído, com 20 cm de diâmetro de base e com 35 cm de altura. Com estrangulamento no terço superior, onde se encontram duas alças de seção circular, em forma de “V” invertido, sem decorações.
- Recipiente de cerâmica (barro cozido, não vidrado, com marcas de queima), feito à mão (não torneado), com 15 cm de diâmetro de base e com 15 cm de altura, com estrangulamento no terço superior, onde se encontra incisa uma decoração geométrica (losangos ladeados por linhas, tendo uma borda na parte inferior), borda serrilhada.
- Três fragmentos de um mesmo recipiente de cerâmica (barro cozido, não vidrado), de forma irregular, com alça de seção circular em forma de ferradura.
- Dois fragmentos de espiga de milho, com cerca de 3 cm de diâmetro e cinco de comprimento, carbonizados. Um fragmento de espiga de milho, tendo ainda presa a ele a palha da espiga, com cerca de 3 cm de diâmetro e 15 cm de comprimento, carbonizado.
- Três fragmentos de paredes de barro com marcas de dedos, de esteios e de amarração, do tipo associado a edificações feitas segundo a técnica de pau-a-pique.

1. Blocos de barro provenientes de parede de pau-a-pique com marcas de dedo e de madeira



2. Fragmentos de espigas de milho carbonizadas



3. Recipiente de cerâmica com alça



4. Recipientes de cerâmica com alça.



5. Recipiente cerâmico com decoração que remete ao Cosmograma Bakongo



Você já conhecia a história do Quilombo do Ambrósio? Quais suas percepções sobre sua importância para nossa História?

6) Leis Abolicionistas

Através de uma breve análise, é possível perceber que, até mesmo as leis abolicionistas, procuravam atender os interesses da elite branca.

Lei Eusébio de Queiroz (1850): Proibiu o tráfico de escravizados, como resposta aos interesses da Inglaterra, sem motivações humanitárias.

Lei do Ventre Livre (1871): Libertava filhos de escravizadas, nascidos após sua promulgação. A lei previa tutela dos filhos das escravizadas até os 21 anos, ou seja, na prática, eles ainda continuavam sob o controle dos senhores durante muito tempo e ainda teriam que pagar pelos custos de sua criação.

Lei dos Sexagenários (1885): Libertava escravizados com mais de sessenta anos de idade, na realidade, apenas livrava o senhor de ter gastos com escravizados debilitados, pois, devido às péssimas condições de sobrevivência, quase nenhum chegava a essa idade.

Lei Áurea (1888): Lei assinada em 13 de maio de 1888 pela princesa Isabel, concedeu liberdade aos escravizados no Brasil, não por “bondade”, mas por pressão da Inglaterra, vinculada à Revolução Industrial e pela necessidade de uma produção baseada em trabalho “livre” que necessitaria de mercado consumidor.

O dia 13 de maio, data da assinatura da Lei Áurea, não é motivo de comemoração, o Brasil foi o último país nas Américas a abolir a escravidão e só o fez por pressões externas. Uma liberdade sem direito à reparação, moradia, alimento, saúde e emprego para toda massa de pessoas negras que haviam no Brasil. O dia 20 de novembro foi instituído como Dia Nacional da Consciência Negra, em homenagem a Zumbi de Palmares, que realmente lutava pela liberdade e dignidade do povo negro.

7) Ideologia de Branqueamento Populacional

Após a abolição da escravidão, os ex-escravizados tiveram sua força de trabalho rejeitada. Não foram implementadas políticas públicas que garantissem sua inclusão na sociedade; pelo contrário, o governo brasileiro passou a incentivar a imigração de trabalhadores europeus para o país. Por que ocorreu uma política de emprego de mão de obra de imigrantes se haviam aqui tantos trabalhadores?

A intenção deste projeto foi criar uma massa de reserva de mão de obra, ao mesmo tempo em que incentivava abertamente a miscigenação como mecanismo de branqueamento populacional.

8) Movimento Negro Brasileiro e Luta por Direitos

Para enfrentar o racismo, a população negra se organizou em movimentos para reivindicar seus direitos básicos, entre os principais estão:

Frente Negra Brasileira (1931): Organização da população negra, atuava na área da educação, política, assistência social, foi o movimento precursor na luta por direitos dos negros no Brasil.

Teatro Experimental do Negro (1940): Tinha por objetivo promover a valorização do negro e da cultura afro-brasileira, principalmente por meio da arte, também oferecia assistência social aos negros e atuava na luta por direitos.

Movimento Negro Unificado (1978): Surgiu como proposta de unificação dos movimentos negros na luta antirracista.



9) Leis de Combate ao Racismo

Conquistadas através da luta de movimentos sociais da população negra:

- Lei nº 7.716/1989, define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, com penas que podem variar de 2 a 5 anos.
- Lei nº 12.288/2010, institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir a efetivação da igualdade racial.
- Lei nº 12.711/2012, estabelece reserva de vagas para negros em universidades e institutos federais.
- Lei nº 14.532/2023, equipara injúria racial ao crime de racismo, tornando-o inafiançável e imprescritível.
- Lei nº 10.639/2003, torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. Também incluiu no calendário escolar o dia 20 de novembro como “Dia da Consciência Negra”.
- Lei nº 11.645/2008, torna obrigatório também o estudo da história e cultura indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio.
- Lei nº 14.759/2023, declara o dia 20 de novembro como feriado nacional, Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra.



Apesar da conquista de leis, a efetivação da igualdade racial enfrenta muitas dificuldades, pois o racismo se manifesta de diferentes formas!

TIPOS DE RACISMO

Racismo Estrutural: Se refere ao racismo que está intrínseco e enraizado à estrutura da sociedade e se manifesta em todos os setores da vida social.

Racismo Institucional: Ocorre quando instituições como escola, empresas ou órgãos governamentais praticam discriminação racial ou se omitem diante dela.

Racismo Recreativo: É o racismo feito em forma de "humor".

Racismo Cultural: Ocorre quando a cultura, costumes e tradições de povos racializados é inferiorizada.

Racismo Religioso: É a discriminação de pessoas racializadas devido à sua crença religiosa.

Racismo Ambiental: Ocorre quando grupos racializados são os mais afetados por problemas ambientais.

Racismo Linguístico: Inferiorização de expressões ou de variedades linguísticas de grupos racializados.

10) Desigualdade Racial

Com base nos conhecimentos previamente apresentados acerca da questão racial no Brasil, torna-se evidente que a população negra acumulou, ao longo dos anos, inúmeras desvantagens. Após mais de 350 anos de escravidão, sem qualquer forma de reparação e relegada à margem da sociedade. A questão racial é uma das principais determinantes de desigualdades sociais no país.



IDEIAS RACISTAS QUE DEVEMOS DESCONSTRUIR

Ideia de que no Brasil não existe racismo

Essa ideia está baseada no Mito da Democracia Racial, mas não corresponde à realidade brasileira. Para desconstruir essa narrativa basta simplesmente questionar: Pessoas brancas e negras são tratadas da mesma forma em nossa sociedade?

Negar a existência do racismo é, na verdade, uma forma de perpetuá-lo. Reconhecer as desigualdades sociais causadas pelo racismo não significa colocar o negro no papel de vítima, mas sim reconhecer sua luta por igualdade. É essencial compreender que o combate ao racismo exige reconhecer as desigualdades existentes e agir de forma contínua e efetiva para superá-las.

Discutir temática racial apenas em datas específicas

A questão racial deve ser discutida o ano todo e não somente em feriados relacionados. É fundamental que essa discussão seja integrada ao cotidiano, nas escolas, nos espaços de trabalho, na mídia e na sociedade como um todo, para promover uma compreensão mais profunda das desigualdades e promover o antirracismo e o respeito de maneira permanente. Dessa forma, podemos construir uma sociedade mais justa, igualitária e consciente, combatendo o racismo e valorizando a diversidade de forma constante.

África como sinônimo de pobreza:

Para justificar a dominação e exploração, foi criada a narrativa de que na África só existia pobreza. No entanto, a África é um continente extremamente diverso e rico do ponto de vista histórico, econômico e cultural. Assim como o Brasil, que também teve suas riquezas exploradas por países colonizadores, a África possui uma grande variedade de recursos e culturas que foram desvalorizados e explorados ao longo da História.

Ideia de que a escravidão já era praticada na África:

A ideia de que a escravidão já era praticada na África é verdadeira, mas as formas de escravidão eram totalmente diferentes. Na África, a escravidão geralmente ocorria por meio da captura de prisioneiros de grupos inimigos ou por dívidas, os escravizados podiam ser integrados à sociedade local, podendo casar, possuir bens e até conquistar certa autonomia. Por outro lado, a escravidão transatlântica aconteceu em uma escala muito maior, com os escravizados sendo tratados como propriedade, submetidos a violência e desumanização sem precedentes.

Representações do negro

Devemos realizar uma análise crítica acerca das representações do povo negro. É fundamental verificar como as pessoas negras são retratadas na televisão, nos jornais, na internet, nos livros e em outros meios de comunicação. É importante questionar a sua ausência ou quando são representadas apenas em papéis secundários, subalternizados ou associadas exclusivamente à escravidão, à pobreza e à violência, perpetuando estereótipos e visões limitadas.

**56% da
população
brasileira é negra**

(IBGE 2022)

**Identifique nos seus filmes,
séries, programas, grupos
musicais ou livros preferidos,
como se configura a
representação de pessoas
negras.**

EXPRESSÕES QUE DEVEMOS EVITAR POIS REFORÇAM ESTEREÓTIPOS RACISTAS

Denegrir

A coisa está preta

Preto de alma branca

Inveja branca

Serviço de preto

Cabelo ruim

Negro de traços finos

Mercado negro

Humor negro

Lista negra

Ovelha negra

Beleza exótica

Cor de pele

EXPRESSÕES QUE DEVEMOS EVITAR POIS REMETEM À VIOLÊNCIA DA ESCRAVIDÃO

Meia tigela: Utilizada para designar a punição imposta aos escravizados que trabalhavam nas minas de ouro. Quando não atingiam a meta de produção estabelecida, eram privados de parte da alimentação, recebendo apenas meia tigela de comida.

Feito nas coxas: Se refere as telhas que eram moldadas nas coxas dos escravizados, por isso não tinham um padrão.

Nem a pau / a dar com pau: Faz alusão a colher de pau utilizada para forçar alimentação de escravizados que faziam greve de fome.

Criado mudo: Termo usado para se referir aos escravizados que ficavam ao lado da cama dos senhores em silêncio, prontos para servi-los.

Escravo: É mais adequado utilizar o termo “escravizado”, uma vez que a escravidão não constituía uma condição natural, mas sim uma situação imposta de maneira forçada.

Doméstica: Faz referência às mulheres que realizavam tarefas dentro de casa, sendo frequentemente chamadas de “domesticadas”, comparadas à um animal selvagem que precisaria ser domesticado, amansado para o convívio com humanos.

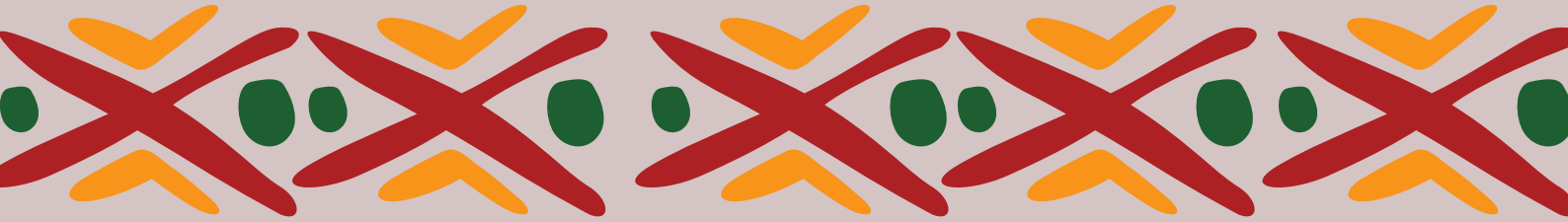
Não sou tuas negas: Faz referência ao abuso contra mulheres negras.

Chuta que é macumba: Ato de intolerância religiosa contra religiões de matriz africana.

Mulata: Possui origens na palavra mula.



Realize uma representação (desenho, pintura, poesia, relato de experiência, redação, conto ou frase) demonstrando suas percepções sobre relações raciais, com o tema “O que eu sinto quando penso sobre racismo”.



Referências:

ALVES-BRITO, A.; COSTA, A. G. N.; et al. **Construindo uma Educação Antirracista: reflexões, afetos e experiências.** Uberlândia- MG. Editora CRV.2023.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Códice Seção Colonial 45,84 e 116.

BRASILEIRO, Jeremias; SANTOS, Vanilda Honória dos. **História e Direito: Quilombolas, Congadas e Cultura Afro-Brasileira no Alto Paranaíba - Minas Gerais.** 1. ed. Vol. 1. – Editora: Subsolo. Uberlândia, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**DF: Presidência da República, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, DF: MEC, 2018.

Documentos diversos e dossiê detombamento do Quilombodo Ambrósio. PrefeituraMunicipal de Ibiá/ Instituto do patrimônio Histórico e artístico nacional/IPHAN, Brasília, 1998.

GAMA, Carmo. **Quilombolas – Lenda Mineira Inédita.** Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, p.827-866, 1904.

Gonzalez, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos.** Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PNAD Contínua - **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: características gerais dos domicílios e dos moradores, 2022.** Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista.** São Paulo: Perspectiva; Rio de Janeiro: IPEAFRO, 2019.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento.** São Paulo: Instituto Kuanza/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista.** São Paulo: 1ª Companhia das Letras, 2019.

